



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 59ª  
(QUINQUAGÉSIMA NONA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
30 DE JUNHO DE 2009.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Estou vendo vários alunos.

Quero cumprimentar o pessoal do TCDF aqui presente, esperando que se aprove o seu plano de carreira. Espero que tudo dê certo para nós o aprovarmos. Tem tudo para dar certo, se Deus quiser. Aguardem-nos um pouco.

Eu queria que me trouxessem a relação das escolas que estão aqui presentes, bem como dos alunos e dos professores que estão visitando a Câmara Legislativa. (Pausa.)

Sejam bem-vindos, alunos da escola Centro de Ensino Médio 1 JK, pelo projeto Nossa Escola.

Sejam todos bem-vindos.

Como vocês não vieram ao plenário, quero explicar como funcionam os trabalhos: aqui fica a Presidência dos trabalhos. Quem senta aqui é o Presidente da Mesa; eu não sou o Presidente, sou o Primeiro Secretário. Ali é a tribuna, onde os Deputados fazem os seus pronunciamentos. Acaba de chegar aqui a Líder do Governo, Deputada Eurides Brito. Ali fica o microfone de apartes; os Deputados que querem usar a palavra o fazem nesse microfone. Naquelas cadeiras, ficam sentados os Deputados, respondendo às chamadas. Ali fica o pessoal que dá assessoria ao Plenário e os taquígrafos, que anotam tudo o que acontece durante o dia. Ali fica o sistema de áudio e de vídeo. Ali temos o telão da *TV Distrital*, que mostra, durante



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	2

todo o tempo, o que acontece. Ali temos o aquário, onde ficam os jornalistas, as pessoas que irão noticiar os fatos que acontecem na Casa. Ali ficam as meninas bonitas da assessoria, as assessoras dos Deputados, que ficam sentadas nesses bancos. Elas ficam de costas para vocês por circunstâncias do assento.

Então, queríamos dar boas-vindas a todos vocês.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar as pessoas que estão na galeria, que vieram para assistir à sessão.

Os estudantes e professores presentes à galeria estão em busca da aprovação do projeto que cria cargos para gestores das escolas públicas. Já tenho me manifestado numerosas vezes a respeito do assunto, pedindo o apoio de todos os colegas. Finalmente acho que hoje vamos colocar esse assunto em pauta. Quero dizer às pessoas da Educação aqui presentes que a matéria está na pauta e logo após a votação do segundo turno de 5 projetos, do número 6 em diante, o da área de Educação faz parte da prioridade desta tarde.

Aos amigos do Tribunal de Contas, dizer que está em pauta o projeto. Logo que entrarmos na regularização dos assuntos, também podemos estudar a possibilidade de inversão do tema à medida que formos vendo o andamento da sessão. Nada impede que isso seja feito, a matéria também está em pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Saiu um comunicado da Presidência referente a uma errata da Ordem do Dia.

Onde se lê no item nº 54 da Ordem do Dia: "Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.135, de 2009", leia-se: "Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.288, de 2009", que é o projeto da carreira do Tribunal de Contas.

Neste sentido, solicito a retificação do texto.

Convido o Deputado Milton Barbosa a secretariar os trabalhos da Mesa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar a galeria, os funcionários do Tribunal de Contas, que estão desde a semana passada buscando a realização de um desejo que é o plano de cargos e salários. Não vejo nenhum óbice, pelo menos a mim não chegou, para que não o votemos hoje. Acho que temos que votar hoje, sim.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	3

Cumprimento os alunos que ali estão, a quem a Deputada Eurides Brito se referiu, que estão buscando também a aprovação de um projeto que cria funções para alguns gestores da Secretaria de Educação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 142 - Suplemento, de 11/08/2009, juntamente com a ata sucinta da 59ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Dá-se início aos

Comunicados da Mesa

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 56ª Sessão Ordinária;
- Ata da 58ª Sessão Ordinária;
- Ata da 13ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 14ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 15ª Sessão Extraordinária.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

Antes, porém, esta Presidência quer fazer um apelo a todos os Deputados que se encontram em seus gabinetes, nas dependências desta Casa para que venham ao plenário, porque o povo assim o quer. O pessoal quer ver todos os Deputados presentes, para votarem os projetos que dizem respeito às carreiras do Sindical, às escolas do Distrito Federal e os outros projetos inseridos em pauta que deverão ser apreciados neste último dia, antes do recesso parlamentar.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	4

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Constata-se que há em plenário *quorum* para os Comunicados de Líderes.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora) – Sr. Presidente, o ideal é dispensarmos os pronunciamentos para começarmos a votação. Ainda estamos sem *quorum* ou já temos *quorum* para começar?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Já temos *quorum* para discussão, mas não para votação.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Então, poderíamos dispensar os discursos, caso os Parlamentares concordem, para iniciarmos a votação dos projetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Vice-Líder está presente. V.Exa. pode fazer esse acordo com ele. Concordamos com o que for decidido.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, nos Comunicados, quem não se aguentar e quiser falar, pede uma declaração de voto, faz uma bonita declaração.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não há Parlamentares presentes que desejam usar da palavra nos Comunicados de Líderes.

Estão encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Conforme acordo entre a Deputada Eurides Brito e o Deputado Cabo Patrício, Vice-Líder do PT, não haverá os Comunicados de Parlamentares.

Então, estão encerrados os Comunicados de Parlamentares.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	5

Falta apenas a chegada de alguns Parlamentares para que haja *quorum* e possamos deliberar as matérias da Ordem do Dia.

A sessão está suspensa.

(Suspensa às 15h38min, a sessão é reaberta às 16h08min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está reaberta a sessão.

Convido o Deputado Rogério Ulysses a secretariar os trabalhos da Mesa.

A Presidência pede a todos os Deputados que se encontram em seus gabinetes que compareçam ao plenário para que possamos iniciar as votações. O povo clama pela presença dos Deputados aqui no plenário. O povo espera e o povo quer. Peço aos assessores presentes do Deputado Raimundo Ribeiro, do Deputado Cabo Patrício, do Deputado Paulo Tadeu e da Deputada Erika Kokay que, por gentileza, chamem os Deputados para darmos início à votação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda a leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada a seguinte ata:

- Ata da 57ª Sessão Ordinária, de 24 de junho de 2009.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	6



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS**  
**5ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2007/2010**

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AYLTON GOMES - PMN		X	
BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP	X		
BENEDITO DOMINGOS - PP		X	
BENÍCIO TAVARES – PMDB		X	
BISPO RENATO – PR	X		
BRUNELLI – DEM	X		
CABO PATRÍCIO – PT		X	
CHICO LEITE – PT	X		
CLÁUDIO ABRANTES - PPS	X		
CRISTIANO ARAÚJO – PTB	X		
DOUTOR CHARLES – PTB		X	
ÉRIKA KOKAY – PT	X		
EURIDES BRITO – PMDB	X		
GERALDO NAVES – DEM	X		
JAQUELINE RORIZ – PSDB		X	
MILTON BARBOSA – PSDB	X		
PAULO TADEU – PT	X		
RAAD MASSOUH – DEM	X		
RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X		
REGUFFE – PDT	X		
ROGÉRIO ULYSSES – PSB	X		
RÔNEY NEMER - PMDB	X		
WILSON LIMA – PR	X		
LEONARDO PRUDENTE – DEM	X		
TOTAL	18	06	



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	7

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, neste momento, enquanto ainda não temos o *quorum* mínimo para apreciação das matérias, quero fazer aqui uma saudação aos servidores do Tribunal de Contas do Distrito Federal que se encontram na galeria, bem como aos servidores da área de Educação que também se encontram nesta Casa aguardando apreciação de suas matérias, assim como aos trabalhadores do chamado serviço de motofrete, que também estão aqui na galeria aguardando a votação de sua matéria, bem como a outros servidores. Enfim, saúdo a população, de uma maneira geral, que comparece ao Poder Legislativo local para acompanhar a apreciação de matérias relacionadas a ela.

Portanto, faço aqui a minha saudação. Desejo, é claro, já de antemão, colocar para esses trabalhadores, para esses servidores, o nosso total e integral apoio às reivindicações que eles trazem a esta Casa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Deputado Raimundo Ribeiro, que se encontra em seu gabinete, ao Deputado Cláudio Abrantes e ao Deputado Brunelli, que se encontra na Casa, para que venham ao plenário a fim de que tenhamos *quorum* mínimo para o início da apreciação das matérias.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que seja incluído na pauta o Projeto de Lei Complementar nº 91, de 2008, que “dispõe sobre a desafetação de áreas públicas de uso comum do povo, na Quadra Central e na Quadra 12 da Região Administrativa de Sobradinho – RA V, e dá outras providências”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa. O item será incluído como extrapauta. Peço a assessoria da Mesa que tome as devidas providências.

Estão presentes 18 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveito este momento da sessão para fazer um comunicado importante. Hoje estamos praticamente encerrando as atividades de plenário e de comissões, do primeiro semestre, o que não significa que estaremos encerrando as atividades de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	8

cada Parlamentar, de cada mandato. Aproveito para fazer um balanço rápido deste primeiro semestre, pois, de uma maneira ou de outra, é importante fazermos essa reflexão, a fim de que possamos, inclusive, corrigir os erros cometidos no primeiro semestre e melhorar as nossas atividades para o segundo semestre.

Antes, porém, eu não poderia deixar de protestar – apesar de parecer que não há nada a ver conosco, tem tudo a ver – contra o triste episódio que aconteceu, nesta semana, em um país da América Latina, em Honduras, onde um Presidente eleito democraticamente pelo voto sofreu um golpe político-militar das elites hondurenhas conservadoras, que não querem as mudanças que o povo – não só de Honduras, mas de toda a América Latina – exige dos governos latino americanos. Queremos nos somar a todos os dirigentes políticos da América Latina, do mundo. Eu gostaria que este Poder Legislativo pudesse aprovar uma moção de repúdio ao golpe militar aplicado contra um Presidente democraticamente eleito em Honduras. É, sem sombra de dúvida, um triste episódio, que achávamos que não ocorreria mais, na forma como já ocorreu, nas décadas de 60 e 70, na América Latina.

Mas, voltando a falar do nosso balanço, eu destacaria 3 pontos em relação ao primeiro semestre: a aprovação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, que praticamente tomou conta do primeiro semestre inteiro. Foi um ponto importante de debate nesta Casa. Sabemos o quanto o Plano Diretor de Ordenamento Territorial mexe com o Distrito Federal e com a vida da população. Então, eu diria que ainda não concluímos as discussões do PDOT, tanto é assim que alguns vetos ficaram para serem apreciados no segundo semestre.

Aproveito também para fazer um balanço daquele triste momento, na Câmara, quando aprovamos aqui o congelamento de salários dos servidores públicos do Distrito Federal, um projeto de autoria do Poder Executivo. Esta Casa não teve maturidade suficiente para derrotar aquela proposta que, sem sombra de dúvida, é um ataque aos direitos dos trabalhadores públicos do Distrito Federal.

Por fim, houve a aprovação do projeto do Passe Livre. Tenho dito em todos os lugares em que ando que esse foi, sem sombra de dúvida, um dos mais importantes projetos — se não foi o mais importante — aprovados na Câmara Legislativa que se referem aos direitos dos estudantes no Distrito Federal.

Para o segundo semestre teremos projetos importantes, como a aprovação do IPTU, do IPVA, da Taxa de Limpeza Pública, do Orçamento para o próximo ano. Espero que a Câmara Legislativa tenha uma sintonia com o desejo da população, que possamos aprovar matérias aliadas aos interesses maiores e coletivos do Distrito Federal.

Faço esse comunicado como um balanço final de nossa atuação no Parlamento neste primeiro semestre.

Quero parabenizar nossa Líder, Deputada Erika Kokay, que conduziu a bancada do Partido dos Trabalhadores nesta Casa. Espero que no segundo semestre



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	9

todas as bancadas, todos os Parlamentares, possamos avançar em direção a uma Câmara Legislativa mais sintonizada com os desejos da população.

Lamentamos a crise por que passa o Senado Federal. Hoje aquela Casa é quase um sinônimo de crise, do ponto de vista ético, do ponto de vista moral, para a população brasileira. Esperamos que o Senado Federal possa resgatar a sua autoridade ética e moral perante a opinião pública, e que o Poder Legislativo, não só Federal, mas estadual e municipal, possa sempre estar a serviço do desejo maior da população brasileira e de todos os que moram em nossa cidade.

Era esse o comunicado, Sr. Presidente.

Já atingimos *quorum* para deliberação. Aqui na galeria estão presentes os trabalhadores do motofrete. Queremos analisar o projeto deles ainda nesta tarde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos vivenciando hoje o último dia deste exercício. Temos uma série de projetos para votar — e vamos votar. Está aqui presente o pessoal da carreira do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Independentemente do voto que daremos aqui hoje, há outras categorias de servidores públicos que não tiveram aumento nos últimos 4 anos. Existem várias e é preciso pensar no todo. É preciso que no segundo semestre nos debrucemos sobre as reivindicações dessas categorias. O carreirão, por exemplo, não tem reajuste há 4 anos. Existem carreiras isoladas que não tiveram. É preciso que, sem embargos, votemos o plano de carreira do Tribunal de Contas do Distrito Federal e de outra categoria presente e que, no segundo semestre, no aspecto do serviço público, nós nos debrucemos sobre aqueles que não tiveram aumento nenhum e que, por coincidência, são aqueles que não têm a melhor remuneração.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Já há *quorum* regimental.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar todos os trabalhadores do motofrete que estão na galeria. Peço a V.Exa., se possível, devido ao horário de trabalho da categoria, para darmos prioridade à apreciação do projeto de lei desta categoria. Seria bom, pois eles trabalham e vieram aqui só para acompanhar esta votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Seria projeto de segundo turno?

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Ainda é o primeiro turno.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	10

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Cristiano Araújo, apreciaremos inicialmente os projetos em segundo turno. Em seguida, apreciaremos os projetos em primeiro turno.

Item nº 2:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.176, de 2004, de autoria do Deputado Chico Leite, que “institui normas para a instalação e o funcionamento dos estabelecimentos que executam procedimentos inerentes à prática de tatuagem e *body piercing*, e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.176, de 2004, de autoria do Deputado Chico Leite, que “institui normas para a instalação e o funcionamento dos estabelecimentos que executam procedimentos inerentes à prática de tatuagem e *body piercing*, e dá outras providências.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 3:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	11

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.253, de 2009, de autoria do Deputado Rogério Ulysses, que “institui a Semana de Combate à Pedofilia e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.253, de 2009, de autoria do Deputado Rogério Ulysses, que “institui a Semana de Combate à Pedofilia e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o item nº 2 foi votado em primeiro turno e vamos votá-lo em segundo turno hoje ainda.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Já foi votado em segundo turno.

Acabamos de votá-lo em segundo turno e sua redação final.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	12

DEPUTADO CHICO LEITE – Temos um substitutivo ao projeto. Quero requerer a V.Exa. que proceda à anulação dessa votação para que possamos votar o substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa. e submeto ao Plenário a anulação da votação do Projeto de Lei nº 1.176, de 2004, de autoria do Deputado Chico Leite, em segundo turno e sua redação final. (Pausa.)

Não havendo objeção do Plenário, a votação do item nº 2, Projeto de Lei nº 1.176, de 2004, está anulada, voltando ao estado de apreciação em segundo turno.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, eu queria apresentar o substitutivo feito pela categoria a partir da audiência pública.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Protocole-o, e nós o apreciaremos.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a inclusão do Projeto de Lei nº 1.301, que trata do programa de incremento à arrecadação tributária da Secretaria de Fazenda, Plano de Carreira dos Fiscais e Auditores.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa. Solicito à Mesa que no momento exato proceda à inclusão na Ordem do Dia do referido projeto.

Item nº 6:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 129, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “reabre os prazos para adesão ao terceiro Programa de Recuperação de Créditos Tributários e não Tributários do Distrito Federal – REFAZ III de que trata a Lei Complementar nº 781, de 1º de outubro de 2008, e dá outras providências”.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com relação ao REFAZ, nós concordamos, mas temos uma série de emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Paulo Tadeu, as emendas já estão aqui para serem apreciadas.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, eu solicito a V.Exa. – sem prejuízo do projeto, porque temos concordância com o mérito – que esse projeto



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	13

seja apreciado posteriormente, porque temos emendas que gostaríamos de discutir ainda com a Liderança do Governo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. incluísse como itens extrapauta os PDLs nºs 144, 145, 150, 151, 153 e 157, todos de 2008.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que submeta esses projetos à apreciação do Plenário, especialmente os projetos da área econômica aos quais os Deputados ainda estão preparando as emendas. Então, proponho que as emendas sejam apresentadas em 2º turno e que votemos os projetos na forma original no 1º turno. Essa é uma proposta para o andamento da pauta.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, garantindo-se que, no 2º turno, discutiremos essas emendas, há concordância da minha parte.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Governo do Distrito Federal teve ontem a sensibilidade de ver no texto que foi comunicado a nossa Líder que os templos religiosos e as entidades sociais tiveram uma situação que precisa ter reconhecimento como os partidos políticos e as federações de futebol. Foi visto que elas estavam ocupando terrenos, recebendo multas de som etc., que vieram a prejudicar e a onerar essas igrejas, que agora estão entrando na legalidade com relação às ocupações de áreas.

Então, eu quero agradecer ao Governo e também a nossa Líder pela boa vontade, pois S.Exa. se empenhou bastante para que isso chegasse aqui.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	14

Certamente, o texto subscrito por todos os nossos Deputados Distritais será apresentado a este Plenário. Dessa forma, será feita justiça social aos templos religiosos e às entidades sociais.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a presteza e a atenção de V.Exa. para com o projeto e para conosco.

Eu gostaria de observar a V.Exa. que o substitutivo já foi protocolado e já está pronto. Ele faz modificações advindas da audiência pública com a Fiscalização Sanitária e com a ANVISA. O substitutivo precisa dos pareceres da Comissão da Educação e Saúde, da Comissão dos Direitos do Consumidor e da Comissão de Constituição e Justiça. V.Exa. já pode colocá-lo na Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Chico Leite, votaremos o item nº 2 depois da apreciação do item nº 6.

DEPUTADO CHICO LEITE – Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei Complementar nº 129, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “reabre os prazos para adesão ao terceiro programa de Recuperação de Créditos Tributários e não Tributários do Distrito Federal – REFAZ III, de que trata a Lei Complementar nº 781, de 1º de outubro de 2008, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, foram apresentadas algumas emendas, mas ainda estão sendo protocoladas outras emendas. Então, o meu voto é pela aprovação do projeto como está e pela análise das emendas no 2º turno.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	15

O parecer da CEOF está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 129, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “reabre os prazos para adesão ao terceiro programa de Recuperação de Créditos Tributários e não Tributários do Distrito Federal – REFAZ III, de que trata a Lei Complementar nº 781, de 1º de outubro de 2008, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, conforme o acordo feito e sem prejuízo das emendas que serão analisadas em 2º turno, somos pela admissibilidade do PLC nº 129 no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários, queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CCJ está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão o projeto em 1º turno.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votarei contra o projeto porque considero que a carga tributária é abusiva e que, realmente, é difícil para algumas pessoas pagá-la. Mais justo seria premiar aqueles que, mesmo essa carga tributária sendo abusiva, ainda sim, honram com suas obrigações e pagam seus impostos.

Então, eu penso que, antes de se premiar o inadimplente, deveria se premiar aquele contribuinte que, mesmo com sacrifício, mesmo a carga tributária sendo abusiva, ainda sim, honrou seus compromissos. Agora, na minha opinião, se o Governo quisesse premiar alguém ou conceder algum benefício, deveria ser para a pessoa física, reduzindo a carga tributária para a pessoa física – que, volto a dizer, é abusiva – e não premiando os inadimplentes, que, muitas vezes, são grandes empresários.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	16

Por isso, meu voto será contra.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de saudar a volta do Deputado Pedro do Ovo.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta Presidência acaba de assinar o termo de posse do Deputado Pedro do Ovo, que já se encontra neste plenário e, portanto, já está habilitado para o exercício das suas atividades parlamentares.

Seja muito bem-vindo, Deputado Pedro do Ovo. Esta Casa sentiu sua falta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Obrigado. A dúvida pairava sobre a assessoria da Mesa. De agora em diante, temos mais um Deputado conosco.

Continua em discussão o projeto.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não é a primeira vez que esta Casa aprecia esse tipo de matéria, que foi encaminhada pelo Poder Executivo e que tem como objetivo abrir um novo prazo para multas e juros aplicadas pelo Estado em várias atividades produtivas.

Nós entendemos que esse tipo de projeto é salutar, em especial no momento de crise em que vivemos, uma crise que atinge o mundo todo, mas que ainda não chegou ao Distrito Federal devido à própria característica do Distrito Federal. Nós não podemos negar a importância dessa medida para que aqueles que querem quitar suas dívidas com o Estado possam fazê-lo, na medida em que o Estado abre um prazo maior e diminui o valor de multas e juros.

O Poder Executivo, nesse caso específico, Deputado Batista das Cooperativas, não está abrindo mão do montante da dívida que aquele empresário, aquele pequeno comerciante, aquele médio comerciante, aquele microcomerciante deve para o Estado. Ele está abrindo mão de quê? De um percentual dos juros e das multas.

Por isso, votaremos favoravelmente a essa matéria. Entendemos que ela possa ser, neste momento, um incentivo a se somar às medidas do Governo Federal, do Presidente Lula, que vem adotando uma série de medidas anticíclicas, que tentam evitar que a crise econômica atinja o nosso País, desempregando milhares e milhares de trabalhadores. Portanto, cabe a esta Casa, neste momento, aprovar essas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	17

medidas. Não as vejo como algo que vá favorecer um grupo de empresários, porque atinge a todos. Por exemplo, nós apresentaremos uma emenda, já discutida com vários Parlamentares da base do Governo — com a nossa Líder, o Deputado Raimundo Ribeiro, o Deputado Chico Leite, o Deputado Leonardo Prudente, o Deputado Rogério Ulysses, enfim, com vários Parlamentares desta Casa —, com relação aos quiosques e *trailers*, que são pequenos e microempresários que também serão beneficiados por esse projeto.

Por isso, votar contra é votar favoravelmente a uma medida que poderá aumentar a crise que o nosso País já vive.

Portanto, votaremos favoravelmente a esse projeto e, no segundo turno, apresentaremos emendas como a dos quiosqueiros, perdendo juros e correções monetárias de suas dívidas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para discutir. Sem revisão da oradora.)  
– Sr. Presidente, o meu pronunciamento vai na linha do pronunciamento do Deputado Paulo Tadeu, porque muitas pessoas, ao ouvirem só o tema, ficam pensando que nós estamos aqui a dispensar, a favorecer maus pagadores, e não se trata disso.

Ao contrário, já há estudos realizados pelo Conselho dos Secretários de Fazenda mostrando que, quando os governos não adotam medidas como essa, alguns dos grandes empresários, por motivos os mais diversos, fecham a empresa, deixam a dívida e abrem outra sem dívida, para continuar, realmente, os seus negócios. Quem perde? O Tesouro. Quem perde? O Fisco. Quem perde? O Governo. Quem perde? A população, porque, quanto menos recursos entrarem, menos recursos teremos para trabalhar em prol da comunidade.

Então, ao contrário do que pensam, eu estou aqui para apoiar o pronunciamento do Deputado Paulo Tadeu. Nem precisaria a Líder de Governo falar, porque vem nessa mesma linha, que é dizer que nós somos pela aprovação.

Sr. Presidente, aproveitando a oportunidade, queria que V.Exa. antecipasse e pusesse em pauta, após esta votação, o Projeto de Lei nº 1.265, de 2009, e o Projeto de Lei nº 1.256, de 2009, como já está acertado com a Deputada Erika Kokay, Líder da Oposição, que tratam da criação dos cargos das escolas do Distrito Federal, muitas delas funcionando desde o início do ano letivo. A partir da criação dos cargos é que haverá nomeação dos que fizeram concurso. Estão trabalhando sem nenhuma gratificação e não vão ser gratificados por essa fase anterior do trabalho. Foi um trabalho voluntário que não deveria nem ter existido. Portanto, em vez de eles estarem nos pedindo a criação dos cargos, nós é que deveríamos estar acelerando essa votação, porque foi um trabalho voluntário. Isso não existe. Toda



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	18

escola, ao ser criada, já deveria estar com os respectivos cargos. Então, nós é que somos devedores dessa plateia que está aqui, Sr. Presidente.

Assim, peço antecipação da votação do Projeto de Lei nº 1.265, de 2009, e do Projeto de Lei nº 1.256, de 2009. O PL nº 1.265, de 2009, altera a LDO de 2009 para colocar a criação dos cargos dentro dessa lei, e o PL nº 1.256, de 2009, trata da criação dos cargos propriamente dita. Eles têm que ser votados em conjunto.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda quero fazer alusão à fala do Deputado Paulo Tadeu. Eu também vou votar favoravelmente ao REFAZ porque, Deputado Rogério Ulysses, eu não quero ir pelo caminho simplista de ser contra por ser contra. Votar contra o REFAZ é votar contra o cidadão que não conseguiu pagar o seu pequeno imposto. Mas não conseguiu pagar não foi porque não quis, foi porque não pôde pagar.

O grande empresário cumpre com as suas obrigações até porque, por força de lei, precisa ter certidões negativas, precisa ter lastro para desenvolver ações. Nós não estamos votando o REFAZ para poderio econômico. Eu vejo da seguinte maneira: a Casa está votando o REFAZ como uma forma de se revitalizar a busca de captação de receita. Então, mais do que nunca, votar contra é votar pela inadimplência. Votar a favor, Deputada Eurides Brito, é votar pela adimplência.

Eu vou votar a favor, sim, e não quero ir pelo caminho simplista de ser contra por ser contra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós não somos contrários ao projeto que trata do REFAZ. Apresentamos algumas emendas — ao todo são 6 — que buscam apenas aprimorar o projeto. Uma delas já foi abordada pelo Deputado Paulo Tadeu, e há acordo com a base do Governo. Ela estabelece que se incluam no REFAZ aqueles que hoje têm a sua atividade produtiva em quiosques e *trailers*, até porque são microcomerciantes e têm que ser encarados assim.

Apresentamos algumas emendas, Sr. Presidente. Uma delas refere-se ao fato de que o projeto permite que seja considerado para abatimento da dívida o precatório pelo valor de face, mas ele é comprado com um deságio imenso. O servidor recebe 20%, 15%, 30% do que lhe é devido, já reconhecido pela Justiça, e o devedor abate o total, o valor de face do precatório. Acho que isso lesa sobremaneira o servidor público, que deveria ter direito a receber 100% do seu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	19

precatório, porque é dívida reconhecida judicialmente. Sr. Presidente, permitindo-se isso, há uma obrigatoriedade para que 5% do valor seja pago imediatamente. O Governo quer parcelar esses 5%. O devedor já tem o benefício do precatório e, em detrimento do direito do servidor público, o Governo quer parcelá-lo em 5 vezes. Nós não podemos concordar com isso, Sr. Presidente. Portanto, apresentamos uma emenda para suprimir esse artigo.

Outra emenda foi apresentada para incluir quiosques e *trailers* — e há acordo para a sua aprovação.

Há também um processo para favorecer a empresa que vai tomar conta da CEASA. O Governo quer terceirizar a CEASA. Ora, ele deixa a CEASA entrar num nível de precarização imensa, que é a precarização que já vimos no Governo Federal durante os 8 anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, para depois justificar a terceirização. Precarizou e quer terceirizar. A CEASA tem uma dívida que será assumida pela organização que irá se beneficiar e lucrar com a própria CEASA, e o Governo quer anistiar essa dívida para a empresa que vai vir. Não para a própria CEASA, na medida em que o controle não será mais dela. Estamos propondo também suprimir esse artigo.

Eu queria dizer, Sr. Presidente, que, ainda que nós possibilitemos que haja renegociação das dívidas — o que significa que há uma receita que vai adentrar aos cofres do Distrito Federal —, isso não resolverá o problema de arrecadação do Distrito Federal, porque o Distrito Federal não investe no Fisco.

O Governo de São Paulo está agora contratando, fazendo concurso para 600 auditores tributários. O Distrito Federal resiste em promover concurso para as 300 vagas de auditores tributários que existem. É preciso fortalecer o Fisco! É preciso que o sistema de informatização — ele estava em curso na Secretaria e foi abruptamente cessado, optando-se por cargos comissionados ou por empresas terceirizadas — possa vigorar na Secretaria de Fazenda para que se elimine a sonegação.

Nós aprovamos nesta Casa a obrigatoriedade de as administradoras de cartões de crédito e débito encaminharem para a Receita todas as suas comprovações, todos os extratos das operações de débito e crédito feitos com operadoras de cartões. As administradoras estão encaminhando para a Receita, para a Fazenda, mas não existe o sistema de informatização para cruzar os dados e eliminar a sonegação!

Portanto, somos favoráveis ao REFAZ, sem nenhuma dúvida, mas alertamos que é preciso, sim, fortalecer o Fisco, os servidores que ali estão. É preciso, sim, que tenhamos mais auditores tributários. É preciso que tenhamos um serviço próprio de informatização para que não continuemos dependentes de *Linknet*, de *Adler* e de empresas que já estiveram nas páginas policiais desta cidade durante tanto tempo. É preciso fortalecer o Estado!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	20

Era isso, Sr. Presidente.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço duas solicitações.

Quero fazer coro com a nossa Líder e pedir a apreciação o mais breve possível dos Projetos de Lei nºs 1.265 e 1.256, nessa ordem, porque eles são de suma importância para a questão da educação no Distrito Federal. Temos que, nesta data, hoje, em que estamos encerrando o semestre legislativo, realmente finalizar com essa discussão para poder dar funcionalidade a tudo que tem de ser feito, como foi salientado pela nossa Líder.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, solicito a apreciação do item nº 37 da pauta, o Projeto de Lei nº 1.209. Na última semana, esta Câmara Legislativa deu o exemplo e aprovou por resolução o Projeto de Resolução nº 7, o qual inclui em toda publicidade da nossa Câmara a expressão: “Doe sangue, Hemocentro de Brasília”, visando fomentar a doação voluntária. Então, apresentamos esse projeto de lei que visa fazer com que o Governo do Distrito Federal adote a mesma medida. Apenas com a ressalva que, na ementa, saiu como se fosse de autoria do Deputado Dr. Charles; naturalmente nada contra o Deputado Dr. Charles, mas o projeto é de nossa autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa. e peço para que a assessoria da Mesa tome as devidas providências para que no momento certo possamos apreciá-lo.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos discutindo agora o projeto do REFAZ e eu vejo em seu teor, em seus termos, falar-se em anistiar, fazer remissão. Isso me faz lembrar as inúmeras famílias, Deputado Rôney Nemer, de regiões pobres que V.Exa. conhece, que nós conhecemos, e que estão às escuras, sem luz, sem água, e não dão conta de pagar.

Eu gostaria de concitar esta Casa a pensar nisso também. Há famílias com débitos de R\$ 3.000,00 (três mil reais), R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Podíamos pensar, Deputada Eurides Brito, nas inúmeras famílias que estão às escuras, sem água em Brasília, porque não dão conta de pagar os seus débitos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	21

Em votação, sem prejuízo das emendas que serão apresentadas em segundo turno.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	22



## REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

### VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / / 2009

- PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO  COM EMENDA(S)  ANEXO  
 EMENDAS AP. NºS \_\_\_\_\_  EMENDAS REJ. NºS \_\_\_\_\_  
 CCJ  CEOP  CAS  CDDH  CEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDESCMAT  M.DIR.  COM.ESP.  
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 129/09 \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 RECURSO Nº (S) \_\_\_\_\_  
 REQUERIMENTO Nº (S) \_\_\_\_\_  
 OUTROS \_\_\_\_\_  
 VOTO EM SEPARADO  FAVORÁVEL  CONTRÁRIO \_\_\_\_\_

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_  Executivo

Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	/				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB				X	
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT				X	
	CHICO LEITE	PT	X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X	
	DOUTOR CHARLES	PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				X	
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	TOTAL	---	18	1		5	

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP.

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº /

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	23

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis, 1 voto contrário. Houve 5 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

A Deputada Eurides Brito fez uma solicitação, que acatei. Portanto, passaremos à apreciação do item nº 11 da pauta.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, não temos nenhum óbice em apreciarmos os dois projetos que dizem respeito aos cargos na Secretaria de Educação. Estamos absolutamente de acordo em apreciá-los, achamos que é necessário, e achamos que é necessário para valorizar a educação. Temos uma emenda ao PL que diz que os cargos só poderão ser ocupados por servidores de carreira. Acho que há acordo com o Governo.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Além de acordo, já faz parte da lei aprovada por esta Casa da Gestão Compartilhada.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Outro aspecto diz respeito à emenda à LDO que o Governo faz, ou elabora um artifício que é ilegal, ao excluir das empresas coligadas a sua despesa com pessoal a título de Lei de Responsabilidade fiscal e excluir as horas extras. Isso é ilegal, Sr. Presidente. Para se calcular a Lei de Responsabilidade Fiscal, é preciso considerar, inclusive são consideradas, as despesas com terceirizados, porque na medida em que você libera as despesas com horas extraordinárias, você está impedindo que a carência, muitas vezes real e permanente, possa ser preenchida com concursados, o que é o correto. Criam-se artifícios para burlar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Um Governo que tanto diz que defende a Lei de Responsabilidade Fiscal não tem porque criar esses artifícios.

São essas as duas emendas, Sr. Presidente, com relação aos projetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Obrigado, Deputada Erika Kokay.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para declaração de voto.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sou contra privilégios, tudo aquilo que fere o Princípio da Igualdade. E sou também favorável, Sr. Presidente, a que sejam atendidos exatamente aqueles que cumprem suas obrigações. Mas quem pensa em Governo como um todo sabe que, para cobrarmos a responsabilidade social do setor produtivo, temos que dar oportunidade de geração de emprego e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	24

renda. O Governo não poderá dizer que nós do PT não lhe demos essa oportunidade. E eu não faria na Oposição aquilo que também não realizaria quando Governo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registro apenas que votei contrariamente porque penso que esse projeto é um prêmio ao inadimplente, àquele que deixou de pagar seus impostos. Então, se o governo queria premiar o inadimplente, antes ele deveria premiar o adimplente – aquele que, mesmo com a carga tributária abusiva, fez um sacrifício e honrou seus compromissos.

Penso que, antes de o Governo premiar o inadimplente, deveria premiar aquele que honrou com suas obrigações.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 11:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.256, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a criação, no quadro da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEDF, dos cargos que especifica e dá outras providências”.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, têm que ser votados concomitantemente – vota-se um projeto com o compromisso de votar o outro em seguida – os PLs nºs 1.256, de 2009 e 1.265, de 2009, que é o Projeto que faz alteração na LDO de 2009. Itens nºs 11 e 12, portanto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 12:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.265, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 44 da Lei nº 4.179, de 17 de julho de 2008, que trata das diretrizes orçamentárias para o exercício 2009, e dá outras providências”.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, estamos protocolando as emendas elaboradas para este projeto. Eu gostaria que o parecer, até para economia de tempo, fosse apreciado com todas as emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, o projeto será apreciado com as emendas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	25

A Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.265, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 44 da Lei nº 4.179, de 17 de julho de 2008, que trata das diretrizes orçamentárias para o exercício 2009, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, conforme acordo, as emendas ficarão para segundo turno, após tramitação normal na Casa.

Como não há nenhum óbice, somos pela aprovação.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Milton Barbosa para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.265, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 44 da Lei nº 4.179, de 17 de julho de 2008, que trata das diretrizes orçamentárias para o exercício 2009, e dá outras providências”.

Este projeto altera a redação do artigo 44 da Lei nº 4.179, de 17 de julho de 2008, que passa a vigorar com a seguinte redação: “O art. 44 da Lei nº 4.179, de 2008, que trata da LDO para 2009, dispõe que a concessão de vantagens, aumento de remuneração, criação de cargos, alteração da estrutura de carreiras e hora extra, bem como admissão de pessoal, a qualquer título, por órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e empresas estatais dependentes, observará o que dispõe a Lei



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	26

Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e demais disposições legais pertinentes”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, o parecer é favorável à aprovação do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CAS. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CAS está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Informo que as emendas serão apreciadas no segundo turno.

A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.265, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 44 da Lei nº 4.179, de 17 de julho de 2008, que trata das diretrizes orçamentárias para o exercício 2009, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, nosso parecer é pela admissibilidade do projeto, uma vez que foi feito um acordo e as emendas serão apreciadas em segundo turno.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CCJ está aprovado com a presença de 20 Deputados.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	27

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que incluísse extrapauta o Projeto de Lei nº 1.237, de 2009, de minha autoria, que já se encontra sobre a mesa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa. e peço que encaminhe o projeto à mesa.

DEPUTADO GERALDO NAVES – O projeto já está na mesa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Então o incluo na pauta da Ordem do Dia.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria solicitar a V.Exa. a inclusão do Projeto de Lei nº 882, de 2008, na Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa. e incluo o projeto em questão na Ordem do Dia.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.265, de 2009.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou votar favoravelmente ao projeto porque não posso ser contrário à criação de mais escolas nesta cidade; aliás, uma coisa que defendo há muito tempo. Não há como uma escola ser criada sem que ela tenha um diretor. Então, é obvio que tenho que ser favorável a este projeto. Contudo, eu queria fazer aqui apenas algumas considerações. A primeira delas é que o Governo do Distrito Federal poderia extinguir alguns de seus cargos comissionados para que fossem trocados por estes, que são para servidores concursados, o que é importante.

Sr. Presidente, a França tem 4.800 cargos comissionados, os Estados Unidos têm 5.600 cargos comissionados, e o Distrito Federal, que é desse tamanho, tem 15.553, mais do que o triplo da França.

Então, poder-se-ia pegar alguns cargos comissionados de outras áreas, extingui-los e usar os recursos oriundos disso nesse projeto. Aliás, daria para usar, e o que sobrasse daria para fazer vários outros projetos bons, como esse, para o futuro do Distrito Federal.

Penso que são exagerados os gastos com os cargos comissionados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	28

A segunda consideração que tenho a fazer é que o Governo gasta muito com as atividades meio e pouco com as atividades fim do Estado. O Governo existe, o Estado existe para investir nas atividades fim e devolver serviços públicos de qualidade nas áreas de Educação, Saúde e Segurança Pública. E ponto! Não para gastar o que gasta com o custeio da máquina, gastando muito com as atividades meio.

Esse é um bom projeto. Todos são para servidores concursados e não há como se criarem novas escolas sem diretores para elas. Por isso votarei favoravelmente à matéria.

Penso, apenas, que o Governo deveria fazer uma redução brutal no número de cargos comissionados que tem na sua estrutura. A França, volto a dizer, tem 4.800 cargos comissionados; os Estados Unidos, 5.600, e o Distrito Federal, desse tamanho, tem 15.553.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de lembrar que corremos perigo quando fazemos comparações com outros países.

Em primeiro lugar, vou tomar o caso dos Estados Unidos. Não existe saúde pública naquele país. Quem não tiver seu plano terceirizado morre! Morre, mesmo! Então, graças ao Brasil, temos um SUS, hospitais, centros de saúde, postos de saúde, que só podem ser dirigidos por cargos comissionados.

Estudos comparativos devem ser usados com muita cautela, já me ensinava o grande mestre da educação comparada, Dr. Brown, um inglês que criou a ciência comparativa. Isso, Deputado Reguffe, para que não caiamos nesses enganos. Então, ao compararmos cargos comissionados de um país aos do outro, temos de ver como aquele país é administrado.

Morei nos Estados Unidos, portanto, estou falando do que entendo. Alguém da minha família quase morreu. Eu, como estudante de pós-graduação, tinha o meu plano obrigatório na universidade, mas minha família não. É um país cruel com a população no que diz respeito à saúde.

Por outro lado, falando na questão relativa à escola em si, as escolas têm poucos cargos comissionados para um trabalho com 4 mil, 5 mil alunos. A qualidade do ensino passa pelo trabalho do coordenador. Vários vice-diretores precisam se juntar ao diretor. Há os supervisores de ensino. Nós exigimos qualidade de ensino. Então, a modulação é precaríssima.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	29

Quero que aumente o tributo, que aumente a arrecadação do Estado para aqui aprovarmos.

Temos uma tranquilidade muito grande, já que acabamos com a disputa política para nomeação dos cargos, porque todos os nomeados são concursados. Além do concurso público que todos fizeram, eles passaram por um processo seletivo de provas e de disputa com a comunidade. Portanto, estão todos duplamente credenciados para assumir os cargos de direção de escola.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, não faço uma discussão reducionista, porque, se eu for comparar o Brasil com a França, vou dizer que, proporcionalmente, ela tem muito mais servidores públicos do que o Brasil. Há contratos de gestão e há um processo que foi construído.

Não podemos fazer comparações, sob pena de sermos injustos, mas, para além disso, nós, a bancada do PT, sempre votamos contrariamente aos cargos comissionados, aos de livre provimento, que coalham a máquina pública com pessoas sem a devida avaliação meritória.

Temos hoje na administração pública 93%, em média, do quadro composto por servidores de livre provimento, sem nenhum vínculo com a máquina pública.

Mas estamos falando aqui de algo muito diferente. Estamos falando de educação. Estamos falando de equipes, dentro da escola, para implementar os projetos pedagógicos necessários, a fim de que tenhamos a escola como espaço de construção de cidadania, como espaço de construção de direito. Estamos falando de atividades fim, pois, se estamos falando de equipe para estar dentro da escola, estamos falando de atividade fim.

Quanto mais cargos comissionados com essa finalidade vierem para a Educação, para valorizar a educação, melhor. Assim, não teremos uma escola de 4 mil alunos com a mesma equipe de direção de uma escola de 500 ou de 600 alunos. Porque, aí, não estou considerando o que é fundamental dentro da lógica, inclusive, de Paulo Freire, que é a de analisar as circunstâncias, o território onde está a escola e quem está dentro da escola. A partir daí, haverá uma demanda de coordenação diferenciada. Às vezes, há uma escola com poucos alunos, em determinado território, que precisa reforçar sua equipe de coordenação.

Tenho que analisar a escola de acordo com a necessidade da comunidade, do aluno, para que seja uma escola que ande, como diz Rubem Alves.

Por isso, não temos nenhuma dúvida em votar favoravelmente ao projeto, para dar direção às escolas que foram criadas, para aumentar a equipe de direção



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	30

das escolas de acordo com a necessidade já estabelecida, porque estamos falando de educação.

Mais uma vez, o Sr. Paulo Freire tem razão ao dizer: “Seguramente, a educação não resolve tudo. Mas, sem educação, não resolvemos nada.”

Vamos empoderar as escolas, as equipes de coordenação, para que tenhamos projetos pedagógicos que possam lidar com a ausência de sonhos não de meninos e meninas, em nossa cidade, mas com o sonho de tantos meninos e meninas, com o sonho que, muitas vezes, não faz parte do cotidiano deles.

Votaremos favoravelmente ao projeto, à emenda na LDO. Temos emendas para serem acrescentadas em outros aspectos. votaremos favoravelmente até porque só vai ocupar cargo comissionado o educador ou o profissional que for devidamente avaliado por concurso público. É funcionário de carreira, é permanente, é fidelização à educação e a esta cidade!

Sr. Presidente, cargos comissionados, nós, que votamos tantas vezes contra a sua criação, neste caso, votaremos a favor, porque entendemos a importância dele para empoderar a Educação nesta cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência lembra a todos que estamos apreciando o item nº 12 da pauta.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós da bancada do Partido dos Trabalhadores somos favoráveis ao projeto. Por que somos favoráveis ao projeto se, tantas vezes, neste plenário, votamos contra a criação de cargos? Quantas vezes fomos contra a criação de cargos comissionados e, inúmeras vezes, contra a fixação de mais despesas para os contribuintes? Porque o debate que fazemos é o da finalidade. Para quê? Os cargos serão ocupados apenas do ponto de vista meramente político-eleitoreiro, ou é para o funcionamento da Educação? Qual é a finalidade? É para que possamos aparelhar o Estado ao ponto de proporcionar à população a instrução educacional que desejamos. É por isso que estamos votando favoravelmente à criação desses cargos, Sr. Presidente. A finalidade na política é fundamental, é saber o que se deseja com o projeto. E a população precisa de uma educação de qualidade; só podemos tê-la se tivermos operadores e servidores concursados para exercê-los. É assim que o Partido dos Trabalhadores se manifesta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Brunelli.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, são duas coisas. Primeiro, quero parabenizar os professores que estão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	31

aqui. Temos a absoluta certeza de que o Governo acerta quando constrói mais escolas. Escola nada mais é do que um veículo para erradicar toda a injustiça da nossa cidade. Quero parabenizar também todos os futuros diretores que estarão sendo alçados a esses cargos e os alunos, que terão, com certeza, todo apoio desta Casa. Uma Casa que realmente tem como um de seus princípios ver que a Educação de um povo precisa a cada dia ser implementada para se ter uma qualidade de vida melhor.

Segundo, quero pedir que seja incluído na Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 1.304, de autoria do Deputado Rogério Ulysses, do Deputado Brunelli e do Deputado Leonardo Prudente, que denomina Praça da Bíblia o logradouro que especifica em São Sebastião. Isso para que venhamos inaugurá-la nesses próximos 10 dias já que hoje é a última sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Solicito à assessoria da Mesa que disponibilize o projeto para votação, ao mesmo tempo em que o incluo na Ordem do Dia.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O Projeto de Lei nº 1.265, de 2009, está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 142 - Suplemento, de 11/08/2009, juntamente com a ata sucinta da 59ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 11:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.256, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a criação, no quadro da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEDF, dos cargos que especifica e dá outras providências”.

(Assume a Presidência o Deputado Rogério Ulysses.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	32

PRESIDENTE (DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES) – A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.256, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a criação, no quadro da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEDF, dos cargos que especifica e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos favoráveis à aprovação do referido projeto de lei com a Emenda nº 1 que foi também aprovada na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES) – Em discussão o parecer da CAS. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CAS está aprovado com a presença de 20 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.256, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a criação, no quadro da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEDF, dos cargos que especifica e dá outras providências”.

Sr. Presidente, sem entrar na questão do mérito, que já foi amplamente discutida, sobre a importância dessa aprovação, somos pela admissibilidade, tendo em vista que não há nenhum vício de iniciativa, acatando, juntamente ao projeto, a Emenda de nº 1.

É o parecer.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	33

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CCJ.  
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.256, de 2009.  
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como observei a V.Exa., o item nº 2 já tem o seu substitutivo protocolado e está pronto para receber os pareceres da Comissão de Educação e Saúde, da Comissão de Defesa do Consumidor e da Comissão de Constituição e Justiça.

Eu gostaria que V.Exa. colocasse esse item em votação. Há acordo no Colégio de Líderes no sentido de aprovar o substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado, agora, eu vou submeter à votação o destaque do projeto anterior.

Passa-se à votação, em separado, da Emenda nº 2, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.256, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a criação, no quadro da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEDF, dos cargos que especifica e dá outras providências”.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, para ficar bem firme, eu já havia falado com a Deputada Erika Kokay sobre isso, quando fui relatora na Comissão de Economia,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	34

Orçamento e Finanças. Eu aprovei 2 emendas do Partido dos Trabalhadores. Uma emenda, embora considere redundante, diz que os cargos só podem ser preenchidos por concursados e pertencentes ao banco de concursados. Eu a acatei porque reforço demais não prejudica o projeto. A outra emenda eu aceitei na Comissão de Constituição e Justiça porque estava sem a tabela do custo da criação dos cargos e não se tinha ainda analisada a LDO de 2009.

Constatado isso, eu estou destacando a emenda que a CEOF aprovou que dizia que esses cargos deveriam sair do banco de dados. Eu mostrei que não havia disponibilidade no banco de dados. Então, mandei buscar a planilha dos custos. Fizemos a alteração da LDO de 2009. Então, os cargos foram criados e apresentei a relação das escolas – todas já inauguradas e por inaugurar neste ano – à Deputada Erika Kokay.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em votação a emenda destacada.

Os Deputados que rejeitam o destaque permaneçam como estão; os que forem favoráveis queiram manifestar-se. (Pausa.)

A parte destacada foi rejeitada com 20 votos contrários.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com relação ao item nº 2, o seu substitutivo precisa do parecer da Comissão de Educação e Saúde, da Comissão de Defesa do Consumidor e da Comissão de Constituição e Justiça.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 2:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.176, de 2004, de autoria do Deputado Chico Leite, que “institui normas para a instalação e o funcionamento dos estabelecimentos que executam procedimentos inerentes à prática de tatuagem e *body piercing*, e dá outras providências”.

DEPUTADO PEDRO DO OVO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, Srs. visitantes, venho aqui a este microfone para me colocar à disposição desta Casa mais uma vez. Agradeço às pessoas que estiveram comigo durante a minha ausência nesta Casa e digo que nós não paramos de trabalhar porque temos compromisso com esse povo. Então, estou aqui reafirmando o meu compromisso de estar mais uma vez aqui para votar o que houver de melhor para o nosso povo de Brasília. Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	35

(Assume a Presidência o Deputado Rogério Ulysses.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES) – Assumo a Presidência dando aqui as boas-vindas ao Deputado Pedro do Ovo e agradecendo a alegria de poder compartilhar da presença de S. Exa. conosco.

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação e Saúde ao substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.176, de 2004, de autoria do Deputado Chico Leite, que “institui normas para a instalação e o funcionamento dos estabelecimentos que executam procedimentos inerentes à prática de tatuagem e *body piercing*, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Educação e Saúde, discutimos exaustivamente com o autor, que nos convenceu de que a necessidade do substitutivo era importante; portanto, acatamos o projeto na forma do seu substitutivo.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES) – Em discussão o parecer da Comissão de Educação e Saúde . (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CES está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Defesa do Consumidor sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Defesa do Consumidor ao substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.176, de 2004, de autoria do Deputado Chico Leite, que “institui normas para a instalação e o funcionamento dos estabelecimentos que executam procedimentos inerentes à prática de tatuagem e *body piercing*, e dá outras providências”.

No âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade do projeto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	36

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CDC está aprovado com a presença de 20 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

O parecer será ao substitutivo.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.176, de 2004, de autoria do Deputado Chico Leite, que “institui normas para a instalação e o funcionamento dos estabelecimentos que executam procedimentos inerentes à prática de tatuagem e *body piercing*, e dá outras providências”.

Trata-se, Sr. Presidente, de matéria inerente à relação de consumo; portanto, temos a prerrogativa de legislar sobre essa matéria em concorrência com a União. Baseados nesse fundamento, somos pela admissibilidade do projeto de lei em questão no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CCJ está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em segundo turno, o substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.176, de 2004. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	37

Os Deputados que aprovam o substitutivo permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O substitutivo está aprovado com a presença de 20 Deputados.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.176, de 2004, de autoria do Deputado Chico Leite, que “institui normas para a instalação e o funcionamento dos estabelecimentos que executam procedimentos inerentes à prática de tatuagem e *body piercing*, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para declaração de voto.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, entramos em um debate em que era urgente que o Estado incursionasse, do ponto de vista da saúde pública, da saúde coletiva para a proteção fundamentalmente dos nossos jovens; do ponto de vista da relação de consumo, para protegê-la, na medida em que separamos aqueles artistas, aqueles profissionais que levam a sério a sua atividade daqueles que são meros aventureiros; e fundamentalmente, Sr. Presidente, por último, para que nós possamos, diante de uma atividade que é praticada no dia a dia, diante de uma realização nacional e internacional, fazer um projeto que andou de comissão em comissão durante 4 anos nesta Casa e que teve a oportunidade de ser construído pelos artistas, pelos profissionais da área, pelo sindicato do setor, pelos consumidores e consumidoras e por todos os Parlamentares que, de alguma sorte, puderam fazer o debate. De maneira que ele sai com a legitimação capaz de ter a observância da fiscalização, da ANVISA e principalmente do Estado com linhas de crédito para aqueles que querem trabalhar respeitando a lei, mas com a proteção ao consumidor. Isso é fundamental. E esta Casa dá mais um passo em direção à regulação social. E isso é muito importante, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	38

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em relação ao Projeto de Lei Complementar nº 91, de 2008, de que eu havia pedido vista na última reunião da CCJ, levando em consideração que esse projeto precisa ser votado ainda hoje, já que esta é a última sessão plenária, e para que não se corra o risco de atrasarem as obras da feira modelo de Sobradinho, atendendo ao pedido do Deputado Raimundo Ribeiro, devolvo o projeto e constato que ele atende aos requisitos de necessidade, oportunidade e conveniência, sendo relevante no contexto do desenvolvimento urbano da nossa região de Sobradinho.

Assim, devolvo o projeto para que ele seja imediatamente votado por esta Casa.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Governo ficou de mandar um aporte financeiro do plano de saúde dos servidores públicos no valor de 25 milhões de reais para que pudesse ser feita a licitação das empresas. Já se passaram 30 dias, e nada foi feito até agora. Nós vamos entrar em recesso.

Portanto, eu quero dizer a V.Exa. que pedi a nossa assessoria para preparar um estudo de como fazer uma emenda para o aporte desses recursos. E quero saber de V.Exa. como iremos conduzir esse processo, pois essas pessoas não podem sofrer o percalço de não terem o plano aprovado e regulamentado.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também quero seguir no mesmo sentido que o Deputado Dr. Charles. O nosso Governador Arruda, no aniversário do SINDAFIZ – Sindicato da Fiscalização, comprometeu-se a mandar a esta Casa, no prazo de 60 dias, um projeto que já estava pronto. Nossa categoria, da qual eu faço parte, não tem aumento há 3 anos. Já votamos aqui o aumento dos fiscais e dos auditores tributários, que acredito ser meritório, mas fica aqui minha decepção com o Governo, que, mais uma vez, não cumpre a palavra empenhada com uma categoria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que coloque em votação o Projeto de Lei nº 1.304, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, do Deputado Leonardo Prudente e de minha autoria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	39

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa. Já vamos apreciá-lo como item extrapauta.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.304, de 2009, de autoria dos Deputados Brunelli e Rogério Ulysses, que “fica denominado Praça da Bíblia o logradouro público que especifica”.

A Presidência designa o Deputado Raimundo Ribeiro para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.304, de 2009, de autoria dos Deputados Brunelli e Rogério Ulysses, que “fica denominado Praça da Bíblia o logradouro público que especifica”.

Sr. Presidente, entende a CAS que o projeto encontra-se em condições formais e em condições de conteúdo para ser aprovado.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CAS está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Rôney Nemer para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.304, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli e do Deputado Rogério Ulysses, que “denomina Praça da Bíblia o logradouro público que especifica”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, quanto à constitucionalidade, juridicidade e legalidade, o nosso parecer é favorável.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	40

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CCJ está aprovado com a presença de 20 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.304, de 2009. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 7:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 120, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 770, de 15 de julho de 2008, e dá outras providências”.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas uma pergunta que não quer calar: onde está o Deputado Cabo Patrício?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Pergunte à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, este projeto, para o qual eu peço apoio, embora, na ementa, diz-se que ele altere dispositivos da lei complementar, seria interessante dizer que esta lei complementar tratou da Bolsa Universitária. Este projeto prevê que, independentemente da modalidade de bolsa, os créditos serão pagos mediante compensação, com débito ou com taxa de ocupação, em caso de cessão de uso de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	41

espaços físicos pertencentes ao Poder Público local e remanescente... Não. Desculpe, Sr. Presidente. Não é isso. Obedecidas as disposições regimentais, estamos vendo que, tanto para bolsa com estágio, quanto para bolsa sem estágio, o GDF garantiria o máximo de pagamento, mediante compensação com débitos vencidos ou vincendos. É isso mesmo.

A Deputada Erika Kokay havia pedido vista na Comissão de Educação e Saúde, mas esse é um projeto em cuja apreciação temos realmente pressa, pois irá interferir no problema da Bolsa Universitária.

(Assume a Presidência o Deputado Rogério Ulysses.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES) – A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação e Saúde ao Projeto de Lei Complementar nº 120, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 770, de 15 de julho de 2008, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Educação e Saúde, não encontramos óbice ao projeto. Portanto, somos pela aprovação.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei Complementar nº 120, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 770, de 15 de julho de 2008, e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	42

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, informamos que este projeto teve tramitação normal nesta Casa e não apresentou nenhum impacto à Lei Orçamentária.

Portanto, somos pela admissibilidade da matéria.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CEOF está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 120, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 770, de 15 de julho de 2008, e dá outras providências”.

O projeto é de autoria do Poder Executivo e não detectamos qualquer questão que fira a constitucionalidade. Portanto, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CCJ está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 120, de 2009. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	43

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	44



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / / 2009

- PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO  COM EMENDA(S)  ANEXO  
 EMENDAS AP. NºS \_\_\_\_\_  EMENDAS REJ. NºS \_\_\_\_\_  
 CCJ  CEF  CAS  CDDHCEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDESCTMAT  M.DIR.  COM.ESP.  
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 120/09 \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 RECURSO Nº (S) \_\_\_\_\_  
 REQUERIMENTO Nº (S) \_\_\_\_\_  
 OUTROS \_\_\_\_\_  
 VOTO EM SEPARADO  FAVORÁVEL  CONTRÁRIO \_\_\_\_\_

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_  Executivo

Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT				X	
	CHICO LEITE	PT				X	
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				X	
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT				X	
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	TOTAL	---	20			4	

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. Rogério Ulysses

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº /

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	45

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, foi pedida aqui a inclusão do Projeto de Lei nº 1.225, de 2009. Solicito a V.Exa. que o inclua na Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa. e incluo o referido projeto na Ordem do Dia.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse colocado em pauta o Projeto de Lei Complementar nº 91, de 2008, de autoria do Poder Executivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Deputada Eurides Brito pediu que eu seguisse a ordem porque estamos apreciando um projeto do Executivo.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – O projeto não está na pauta, é extrapauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Incluo o referido projeto na pauta da Ordem do Dia como item extrapauta e o apreciaremos em seguida.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, qual é o projeto?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 8 da pauta.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Projeto de Lei Complementar nº 91, de 2008, que trata da desafetação de área pública em Sobradinho, onde está sendo construída a Feira Modelo.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, em princípio, nós não temos nada contra o mérito do projeto. O problema é que houve uma discussão. Foram apresentados projetos do Executivo que seriam apreciados. Já houve determinadas flexibilizações depois da discussão e não há metodologia de trabalho dessa forma. Já foi apresentada a lista de projetos do Executivo. Eram 10 projetos, passou para 13,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	46

mais 3 que já foram votados, 16. E estão chegando projetos do Executivo para apreciarmos no dia, sem que tenhamos conhecimento. Eu gostaria de pedir vista ao projeto para analisá-lo. Não podemos votar sem analisá-lo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo vista a V.Exa.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay para declaração de voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós temos uma emenda neste projeto da Bolsa Universitária. Nós não somos contra o projeto. O projeto amplia o benefício. Havia uma limitação de que o Governo deixaria de cobrar os impostos das universidades, das faculdades, e isso seria transformado em bolsas. Ou seja, a universidade deixa de pagar os impostos e aquilo ela concede em bolsa. Como há universidades que inclusive têm isenção de impostos por serem consideradas filantrópicas, como o caso da Católica, isso dificulta a extensão do benefício da Bolsa Universitária, do programa. Então, o Governo está propondo agora que não haja apenas a compensação na remissão de créditos tributários, mas que haja recursos do Orçamento que possam custear essas Bolsas Universitárias.

Portanto, não temos nada contra a ampliação do projeto. Apenas fizemos uma emenda, que será apreciada no segundo turno – porque não houve tempo hábil, mas me parece que já haja acordo –, para que o valor da mensalidade seja considerado pela média dos pagantes. Estou apenas explicando a emenda para apreciarmos em segundo turno. Se houver acordo, já votamos direto, sem necessidade de discussão.

A maioria dos estudantes que não é beneficiada pela Bolsa Universitária paga mensalidades menores do que a prevista. Nós queremos que o valor da mensalidade, que sofrerá o subsídio governamental, seja considerado como a média dos pagantes, dos que pagam por aquele curso. Essa é emenda. Declaração de voto acerca do projeto: votamos favoráveis, mas há uma emenda. Estou explicando a emenda que será apreciada em segundo turno. Se houver acordo, não haverá necessidade de discussão.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Líder do Governo nos solicitou inversão de pauta para que o Projeto de Lei nº 1.135, de 2009, de autoria do Poder Executivo, seja o próximo item da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 8:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 571, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Serviço de Limpeza



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	47

Urbana – SLU a firmar termo de cessão de uso de bens públicos móveis com prefeituras de cidades localizadas no Estado de Goiás e dá outras providências”.

A matéria tem tramitação concluída nas comissões; no entanto, recebeu 3 emendas de Plenário.

Solicito ao Relator, Deputado Batista das Cooperativas, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre as emendas aditivas ao Projeto de Lei nº 571, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza o Serviço de Limpeza Urbana – SLU a firmar termo de cessão de uso de bens públicos móveis com prefeituras de cidades localizadas no Estado de Goiás e dá outras providências”.

Sr. Presidente, foram apresentadas ao projeto a Emenda Aditiva nº 1, a Emenda Aditiva nº 2 e a Emenda Aditiva nº 3, todas de autoria da Deputada Jaqueline Roriz.

No âmbito da Comissão de Assuntos Fundiários, somos favoráveis às referidas emendas.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CAF está aprovado com a presença de 20 Deputados.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de responder ao Deputado Milton Barbosa que eu estava no Ministério da Justiça, na SENASP, com o Secretário Nacional de Segurança Pública, discutindo questões da segurança, não só do Distrito Federal, que o Governador, pela sua incompetência, não consegue implementar, como também discutindo questões da segurança de outros estados.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	48

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Cabo Patrício, eu só estava com saudade de V.Exa. Eu posso ter saudade de V.Exa.?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça às Emendas Aditivas ao Projeto de Lei nº 571, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza o Serviço de Limpeza Urbana – SLU a firmar termo de cessão de uso de bens públicos móveis com prefeituras de cidades localizadas no Estado de Goiás e dá outras providências”.

Sr. Presidente, foram apresentadas ao projeto a Emenda Aditiva de Plenário nº 1, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, a Emenda Aditiva de Plenário nº 2, da Deputada Jaqueline Roriz, a Emenda Aditiva de Plenário nº 3, da Deputada Jaqueline Roriz.

Sr. Presidente, as emendas não ferem em nada o Regimento. Portanto, somos pela admissibilidade, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CCJ está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 571, de 2007.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o projeto autoriza o SLU a firmar termo de cessão de uso de bens móveis com 26 prefeituras do Entorno, indicadas no anexo. Isso significa que o SLU pode ceder os seus bens móveis para as prefeituras do Entorno. Entretanto, Sr. Presidente, as cidades listadas, algumas delas não estão no Entorno, inclusive não estão na RIDE! Nós temos aqui: Alto Paraíso, Buriti de Goiás, Brazabrantes, Cavalcante, Mambaí, Niquelândia, Horizonte e Pires do Rio, no Estado de Goiás, e Cabeceira Grande, no Estado de Minas Gerais. Elas receberão bens do SLU – ou já receberam, quem sabe – sem participarem, ao menos, da RIDE. Ao que tudo indica – foi-nos informado isso –, essas cidades já receberam os bens do SLU sem que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	49

houvesse qualquer tipo de autorização do Poder Legislativo. “O uso de bens no Distrito Federal por terceiros poderá ser feito mediante concessão administrativa de uso, permissão ou autorização, conforme o caso e o interesse público, na forma da lei”. Portanto, a Lei Orgânica do Distrito Federal é clara ao dizer que nós não podemos fazer cessão de uso de bens no Distrito Federal sem autorização desse Poder Legislativo. Quem fez isso, Sr. Presidente, se o fez, está incorrendo e é passível de ser penalizado por crime de responsabilidade.

Agora, parece-me que essa é a lógica que permeia esse governo, que é a lógica de se desfazer do patrimônio público do Distrito Federal. Nós cederemos os bens móveis de uma empresa do Distrito Federal, uma empresa que tem uma história nesta cidade: o Serviço de Limpeza Urbana – SLU. Ele vai estar com o seu patrimônio corroído, porque os bens móveis foram cedidos ou serão cedidos a 26 cidades, algumas delas muito longe do Distrito Federal e que não fazem parte, nem ao menos, da RIDE. O que nós gostaríamos é que o SLU estivesse absolutamente fortalecido, para não ficarmos à mercê de empresas, pois a variável do lucro impede que elas prestem o serviço com a qualidade e, ao mesmo tempo, com a economicidade com que o SLU prestava.

O que estamos vendo, neste momento, é que nós estamos caminhando a passos largos para a privatização do SLU. Parece-me que o Governador José Roberto Arruda tem uma educação anacrônica, porque foi educado com a lógica de quem foi líder do governo, a lógica do governo Fernando Henrique Cardoso, uma lógica que foi destruída nas urnas, derrotada nas urnas em 2002 e derrotada em 2006. S.Exa. quer reviver esta lógica, transformando o Distrito Federal numa política de diminuição do Estado, de avanço da iniciativa privada, vergando o interesse público e o serviço público à lógica do lucro.

Por isso, Sr. Presidente, nós, em solidariedade ao patrimônio do Distrito Federal, que defendemos e defenderemos sempre, e em solidariedade aos servidores do SLU, dos quais muitos estão sem ocupar as funções que ocupavam anteriormente, devido a uma lógica terceirizante estabelecida no governo anterior ainda, votaremos contra este projeto. Não podemos permitir que o Governo do Distrito Federal promova — e que esta Casa seja cúmplice — a doação ou a cessão do patrimônio do SLU para cidades que não fazem parte nem ao menos da RIDE, ou seja, cidades que não guardam qualquer relação com o Distrito Federal. Votaremos contra esse projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	50

Está aprovado com a presença de 20 Deputados. Houve 2 votos contrários, da Deputada Erika Kokay e do Deputado Reguffe.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 18:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.135, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “prorroga as concessões e permissões previstas na Lei nº 324, de 30 de setembro de 1992, e dá outras providências”.

O projeto não está pronto para ser votado.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de entender por que não estamos apreciando o projeto que prorroga as concessões de permissões das bancas de jornais e revistas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Nós ainda não chegamos lá, Deputada.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Já foi chamado o item nº 18. Por que não apreciamos aquele projeto?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O problema é que há um conflito nas emendas. Vamos dirimir a dúvida com a Líder do Governo.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, apreciaremos logo em seguida?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Com certeza.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir que o Projeto de Lei nº 1.085, de 2008, item nº 28 da pauta, fosse substituído pelo Projeto de Lei nº 1.021, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa.

Item nº 9:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.191, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza a mudança do objeto social da CEASA/DF e a transferência de seus bens ao Distrito Federal e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	51

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria. (Pausa.)

Na ausência do Relator, solicito à Deputada Eurides Brito que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o item nº 18 da pauta trata da discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.135. V.Exa. mencionou que existia um problema com relação às emendas...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Deputada Eurides Brito vai dirimir a dúvida com o Deputado Batista das Cooperativas...

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, eu pedi para retirar uma emenda que estava lá. É para que o projeto seja votado do jeito que veio do Executivo mesmo. As emendas foram retiradas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em consonância com a Líder do Governo, votaremos o projeto na próxima chamada.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Perfeito.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Com a palavra a Deputada Eurides Brito para emitir o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.191, de 2009.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.135, de 2009...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não, Deputada Eurides Brito. Estamos apreciando o Projeto de Lei nº 1.191, de 2009. (Pausa.)

Item nº 18:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.135, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que "prorroga as concessões e permissões previstas na Lei nº 324, de 30 de setembro de 1992, e dá outras providências".

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	52

Há destaque da emenda apresentada pelo Deputado Geraldo Naves. S.Exa. pediu para retirá-la, mas já está em votação. Então, temos que destacar a emenda.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, eu iria sugerir que nós votássemos o projeto sem a... (Pausa.)

Sr. Presidente, eu não tenho condições de dar parecer com as emendas, a não ser que façamos como adotamos nos outros projetos; vamos aprová-lo sem as emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Mas já foi aprovado...

DEPUTADA EURIDES BRITO – Aprovado em determinadas comissões.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sim. E na minha comissão fica para aprovar no segundo turno.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu acho que esse procedimento é muito moroso, significa que vamos aprovar o parecer de todas as comissões e discuti-los de novo no segundo turno, porque vamos apreciar as emendas. Eu sugiro que, se o parecer não está pronto ainda, passemos para outro item, porque do contrário vamos sair daqui de manhã.

Sr. Presidente, passe para outro item enquanto não se fecha o parecer do item nº 18.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei nº 1.135, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que "prorroga as concessões e permissões previstas na Lei nº 324, de 30 de setembro de 1992 e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Assuntos Fundiários, somos pela aprovação do projeto em si, com a aprovação das emendas, já apreciadas em comissão anterior e para as quais eu admito o parecer também como meu, rejeitando a Emenda Aditiva nº 3, de 2009, pela impossibilidade de execução. A Emenda nº 3 simplesmente quer que fique assegurado aos ocupantes de área pública que exerciam comprovadamente até 2000 as atividades de bancas de jornal e revista e foram removidos o direito à realocação em áreas iguais, em condições semelhantes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	53

Significa que, se alguém estava em uma avenida principal, ocupando um grande espaço, e foi retirado em 2002, agora tem que arranjar uma avenida principal e um grande espaço. A emenda por ela mesma se transforma em uma emenda impossível de ser realmente acatada. Então, rejeito a Emenda Aditiva nº 3, de 2009.

Rejeito também a emenda da Deputada Eliana Pedrosa, reapresentada pelo Deputado Geraldo Naves.

Acatam-se as Emendas nºs 1 e 2 e rejeitam-se as Emendas nº 3 e 4.

É o parecer.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Deputada Eurides Brito, será que é possível apenas dizer as ementas das emendas que foram acatadas e rejeitadas.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, para atender solicitação da Deputada Erika Kokay, foi acatada a Emenda nº 1, de 2009, que acrescenta um parágrafo único ao art. 2º, que diz: “para dar transparência ao processo de recadastramento, de que trata o *caput* deste artigo, a entidade representativa dos permissionários e cessionários de bancas de jornais e revistas do Distrito Federal emitirá documento essencial a cada um dos ocupantes, atestando sua atividade profissional”. Esta emenda foi aceita.

Foi acatada a Emenda nº 2, de 2009, que diz: “ao instrumento do edital referente inclua-se o artigo onde couber.” O teor do artigo, do *caput* seria: “o instrumento do edital referente ao procedimento de licitação previsto nesta lei poderá consignar direito de preferência em favor do permissionário regular, de modo a permitir a continuidade de serviços prestados”, como já fazemos nos casos com a TERRACAP. Então, há uma similaridade nas coisas, não podíamos dar tratamento diferenciado.

Agora, estamos rejeitando aquele que eu já expliquei: assegurar a quem foi retirado em 2002 que volte agora nas mesmas condições, ainda que seja para outro lugar – essa é a nº 3. E a nº 4, que estamos rejeitando, prorroga por 10 anos todas as concessões e permissões firmadas entre o Governo do Distrito Federal e os concessionários e permissionários estabelecidos no Parque Sara Kubitschek e na Estação Rodoferroviária do Distrito Federal. A Constituição diz que todos são iguais perante a lei, e nós não temos condições de dar um caráter de exceção a quem está no estacionamento Sara Kubitschek e na Rodoferroviária.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito que desconsiderem o parecer da Deputada Eurides Brito.

A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	54

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.135, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “prorroga as concessões e permissões previstas na Lei nº 324, de 30 de setembro de 1992 e dá outras providências”.

O nosso parecer pela Comissão de Constituição e Justiça acata a Emenda nº 1 e nº 2 e rejeita as Emendas nºs 3 e 4.

Esse é o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, favorável ao projeto, com as ressalvas feitas às emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CCJ está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.135, de 2009.

Concedo a palavra ao Deputado Brunelli.

Antes, porém, esta Presidência informa a todos os Deputados que o destaque foi retirado.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje estive aqui com o presidente do Sindicato dos Jornaleiros, Sr. José Maria, que há muitos anos tem vindo a esta Casa trabalhar para que esta lei pudesse vir a esta Casa, para que esta norma do clamor social pudesse se transformar em uma lei que vai regular, trazer todas as expectativas que esses trabalhadores têm ao longo de muitos anos.

Com o advento da Lei de Licitações, em 1993, muitos problemas ocorreram, principalmente para quem já estava instalado. E os Tribunais de Contas, principalmente o do Distrito Federal, tiveram um entendimento diverso: que não poderiam ser renovadas as concessões.

Então, a lei vem em bom tempo, garantindo tranquilidade, serenidade e, acima de tudo, trabalho, emprego e qualidade de vida para essas pessoas que estão há muito tempo trabalhando, sustentando suas famílias, criando seus filhos e dando seguimento a um produto de que o Estado e a população precisam: os lugares comerciais para que as pessoas adquiram os produtos efetivamente vendidos por esse segmento.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	55

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores votará favoravelmente ao projeto. Temos clareza disso.

Em 1992, a Lei nº 324 assegurava que a ocupação e exploração de bancas de jornais e revistas, definitivas ou provisórias, e áreas anexas seriam feitas com outorga de permissão ou concessão sempre através de concorrência pública com o prazo de 10 anos.

O Governo não fez a licitação que deveria ter feito, e nós não podemos possibilitar que haja qualquer insegurança jurídica no exercício de uma atividade que é de interesse público e que, inclusive, faz parte do complexo urbanístico da cidade. A atividade das bancas de jornais e revistas é de interesse público. Portanto, é importante para o conjunto da população. Não podemos ter a concessão, já esgotado o prazo da concessão, sem nenhuma perspectiva ou sem uma licitação em curso e as pessoas que trabalham em bancas de jornais, proprietários e trabalhadores, vivendo uma eterna insegurança e à mercê do poder discricionário de quem quer que seja. Por isso estamos votando a favor da prorrogação da concessão. E que seja feita a licitação, obviamente dando preferência às pessoas que já estão ocupando e exercendo essa atividade fundamental para o povo do Distrito Federal.

Quero parabenizar todos os representantes da categoria que aqui estiveram e dizer que não temos nenhuma dúvida em votarmos favoravelmente à proposição, porque, se o prazo se esgotou e o Governo nada fez, a população não pode ser prejudicada. E não podem ser prejudicados os proprietários que trabalham nas bancas de jornais e revistas e dela vivem. E repito, para encerrar: não só cumprem uma função de interesse público fundamental para a cidade como fazem parte do próprio complexo urbanístico da cidade.

Parabéns, contem com o nosso voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 9:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.191, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza a mudança do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	56

objeto social da CEASA/DF e a transferência de seus bens ao Distrito Federal e dá outras providências”.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.191, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza a mudança do objeto social da CEASA/DF e a transferência de seus bens ao Distrito Federal e dá outras providências”.

Foi apresentada uma emenda aditiva, do Deputado Brunelli.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pela admissibilidade do projeto, com o acatamento da Emenda aditiva nº 1, de autoria do Deputado Brunelli.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CEOF está aprovado com a presença de 20 Deputados. Houve 4 votos contrários: Deputada Erika Kokay, Deputado Paulo Tadeu, Deputado Cabo Patrício e Deputado Chico Leite.

A Presidência designa o Deputado Batista das Cooperativas para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Batista das Cooperativas, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei nº 1.191, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza a mudança do objeto social da CEASA/DF e a transferência de seus bens ao Distrito Federal e dá outras providências”.

Passo ao voto: “Compreendida a iniciativa como transferência de atividade de entidade pública para a administração direta, mediante um instrumento de contratação de terceiros, no caso entidade qualificada como Organização Social, Lei nº 4. 081, de 4 de janeiro de 2006, tem-se, sem dúvida, a expectativa de um retorno positivo para a população do Distrito Federal, por redução de despesas ou aumento



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	57

de receitas, além da melhoria da qualidade da prestação de serviço objeto da concessão, permissão ou autorização a terceiros”.

Foi apresentada uma emenda aditiva de autoria do Deputado Brunelli.

Passo a ler a justificativa: “A presente emenda visa a melhorar a redação original da proposição, principalmente a redação do §2º, que garante os empregos dos servidores do Quadro de Empregos Permanentes da CEASA. O art. 3º é de suma importância para o equilíbrio do mercado de hortifrutigranjeiros e para o consumidor, porque são essas atividades estatísticas que servem como referencial, inclusive em nível nacional, para o melhor planejamento da produção agrícola e dos preços de mercado.

Portanto, trata-se de atividade estratégica de Estado, que não pode, jamais, ficar nas mãos da iniciativa privada”.

Pelo exposto, no âmbito da Comissão de Assuntos Fundiários, somos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 1.191, de 2009, bem como da Emenda aditiva nº 1, de autoria do Deputado Brunelli.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CAF está aprovado com a presença de 20 Deputados. Houve 4 votos contrários: Deputada Erika Kokay, Deputado Paulo Tadeu, Deputado Cabo Patrício e Deputado Chico Leite.

A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.191, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza a mudança do objeto social da CEASA/DF e a transferência de seus bens ao Distrito Federal e dá outras providências”.

Foi apresentada uma emenda aditiva. Nosso parecer é pela admissibilidade do projeto com o acatamento da Emenda Aditiva nº 1.

É o parecer, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	58

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CCJ está aprovado com a presença de 20 Deputados. Houve 4 votos contrários: Deputado Cabo Patrício, Deputada Erika Kokay, Deputado Paulo Tadeu e Deputado Chico Leite.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.191, de 2009.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, por esse projeto fica a CEASA autorizada a promover a mudança de seu objeto social, assim como transferir os bens móveis e imóveis de seu acervo patrimonial ao Distrito Federal.

Em verdade, o que ali se procura, Sr. Presidente, é passar a administração da CEASA para uma organização social. É a mesma lógica que vimos no Hospital de Santa Maria, que estamos vendo no Distrito Federal – uma organização social, Sr. Presidente, que será escolhida, talvez já tenha sido escolhida, creio eu que já foi escolhida, porque não é objeto de licitação. Não haverá licitação para se selecionar a organização social que administrará a CEASA.

A CEASA, como aqui já foi dito, tem uma dívida de INSS de R\$ 2.769.000,00 (dois milhões, setecentos e sessenta e nove mil) e de IPTU de R\$ 5.047.000,00 (cinco milhões e quarenta e sete mil), que, no projeto do REFAZ, está sendo anistiada. Portanto, a empresa que administrará a CEASA o fará sem nenhum tipo de dívida, sem nenhum tipo de ônus dessa empresa. O Poder Público vai assumir as dívidas, o ônus, e vai transferir o bônus para uma organização que, com certeza, se bem conheço a prática deste Governo, já está escolhida, sem transparência alguma, sem atender aos critérios da Lei de Licitação de economicidade, enfim, aos critérios de transparência e de impessoalidade previstos na Lei de Licitação.

É preciso que tenhamos claro que, no dia 28 de dezembro de 2006, nós tiramos a CEASA do regime de liquidação por um projeto de lei discutido nesta Casa, votado e aprovado por unanimidade pelos Parlamentares na ocasião. Naquele momento, haveria que se retirar a CEASA de liquidação, fortalecer e colocar a CEASA em pleno funcionamento. O que fez o Governo? Não a retirou do regime de liquidação e não empoderou e fortaleceu a CEASA. Trabalhou na perspectiva de que ela fosse precarizada. É a precarização que tem os fios cruéis da entrega do patrimônio público para entidades privadas. É essa precarização que estamos vendo na Saúde, pois, em verdade, os aparelhos de raios X, alardeados como novas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	59

aquisições para a Saúde, ainda se encontram encaixotados nos hospitais desta cidade. Tomógrafos ainda estão encaixotados, porque não há interesse na Saúde, e não houve interesse na CEASA. No caso da CEASA, estava previsto em lei que haveria de haver o seu fortalecimento. Deixou-se deliberadamente precarizar a CEASA.

Eu me lembro das plataformas da PETROBRAS que afundavam, durante o governo do Fernando Henrique Cardoso, para justificar a tentativa de privatização dessa empresa. Ainda bem, graças ao povo brasileiro, a PETROBRAS continua sendo nossa. Ela está sendo fortalecida.

Estamos privatizando a CEASA sem que se tenha nenhuma lógica, inclusive a lógica que está sendo discutida pela Associação Brasileira das CEASAs, que busca criar uma rede nacional das CEASAs, em todos os estados, porque entendemos que a CEASA diz respeito a uma questão de segurança alimentar. Ela não pode estar à mercê do lucro de quem vai assumi-la. É segurança alimentar. Tem-se discutido isso em nível nacional, para que se possa criar uma rede nacional e assegurar um país sem fome, um país com serviço público de qualidade, um país que possa beneficiar o seu povo.

Digo que, com a privatização da CEASA, que está em curso nesta Casa, teremos, com certeza, um aumento no preço dos seus serviços e estaremos muito longe da lógica nacional.

Votaremos contra.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, orientaremos a bancada a votar a favor exatamente porque queremos que a CEASA tenha, sob a administração de uma organização social, a eficiência da administração que tem a Rede Sarah, no Brasil inteiro, que foi a pioneira na organização social.

Esse tipo de discurso eu ouvi na Câmara dos Deputados, quando eu estava lá. A CEASA foi autorizada a ter um regime especial. Hoje, ela é um sucesso no Brasil e na América Latina, e, no mundo, é um modelo de referência. Por que não podemos acreditar também que a CEASA possa ser um modelo de referência?

Acredito no sucesso da iniciativa, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	60

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados. Houve 5 votos contrários, dos Deputados Reguffe, Chico leite, Paulo Tadeu, Erika Kokay e Cabo patricio.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay, para declaração de voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, vi, da parte da Líder do Governo, uma verdadeira demonstração de reconhecimento público da incompetência do Governo.

Digo que o Governo está abrindo mão de mais de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais). Penso o que seria feito com esses 7 milhões que S.Exa. irá doar à iniciativa privada.

Acho que o estado é competente. Talvez os governos não sejam. Quando o Secretário de Saúde diz que está entregando o Hospital de Santa Maria para que seja bem administrado, ele reconhece que não tem competência. E, se ele não tem competência, se o Governo não tem competência, que se retire, pois existem muitos profissionais, inclusive funcionários da CEASA, competentes para administrar aquela empresa com a mesma qualidade da Rede Sarah ou de quem quer que seja.

Há muito tempo que a lógica de que o mercado é competente e o estado é incompetente foi destruída.

A crise financeira é uma demonstração inequívoca de que o mito da racionalidade autônoma do mercado é realmente um mito e que não há a competência simplesmente pelo fato de termos a iniciativa privada.

Era só isso, Sr. Presidente. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 13:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.273, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento”.

Esta Presidência informa aos Parlamentares que o referido projeto não está na mesa.

(Pausa.)

Item nº 14:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.280, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “concede isenção de ICMS na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	61

aquisição de ônibus e micro-ônibus novos para utilização no transporte público coletivo de passageiros, na forma que especifica, e dá outras providências”.

A Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

Antes, porém, lembro que o referido projeto recebeu duas emendas.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.280, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “concede isenção de ICMS na aquisição de ônibus e micro-ônibus novos para utilização no transporte público coletivo de passageiros, na forma que especifica, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, informamos que foram apresentadas duas emendas ao projeto: Emenda de Plenário nº 1, da bancada do Partido dos Trabalhadores, que fica rejeitada neste momento, e Emenda Substitutiva nº 2, de minha autoria, que acato neste momento.

Portanto, somos pela admissibilidade do projeto, com a rejeição da Emenda Aditiva de Plenário nº 1, bem como o acatamento da Emenda nº 2.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CEOF está aprovado com a presença de 20 Deputados. Houve 1 voto contrário da Deputada Erika Kokay.

A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.280, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “concede isenção de ICMS na aquisição de ônibus e micro-ônibus



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	62

novos para utilização no transporte público coletivo de passageiros, na forma que especifica, e dá outras providências”.

Foram apresentadas as seguintes emendas: Emenda Aditiva de Plenário nº 1, que a Comissão de Constituição e Justiça rejeitou, e a Emenda Substitutiva nº 2, que foi acatada.

O nosso parecer é pela admissibilidade do projeto, acatando a emenda do relator da CEOF, a Emenda nº 2, e rejeitando a emenda de plenário, a Emenda Aditiva nº 1.

Sr. Presidente, esse é o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados. Houve 1 voto contrário da Deputada Erika Kokay.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.280, de 2009.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós fizemos uma emenda que foi rejeitada, por isso meu voto foi contrário aos pareceres que a rejeitaram.

Fizemos uma emenda para que houvesse o benefício da população relativo à isenção. Nós, em verdade, fazemos uma diferença bem nítida desta isenção de ICMS que está acontecendo para outra isenção que dizia respeito ao combustível dos ônibus que já estavam em circulação. Esta isenção tem uma vantagem para o usuário do transporte público aqui no Distrito Federal. Tem-se a isenção para as empresas que fabricam ônibus e micro-ônibus, que assim podem vendê-los mais barato para as empresas concessionárias de transporte público aqui no Distrito Federal. Isso significa a possibilidade de renovação da frota porque os fabricantes, com o benefício da isenção, venderão mais barato os ônibus e micro-ônibus.

Por esse motivo, na avaliação do mérito do projeto, iremos votar favoravelmente, embora tenhamos nos posicionado contrariamente aos pareceres em função da rejeição da nossa emenda, que assegurava, que impunha a necessidade da diminuição do preço da passagem no mesmo valor da isenção.

Já que as empresas de transporte público comprarão mais barato os ônibus, e, portanto, terão a obrigação de renovar a frota – que é uma obrigação independente da isenção ou não –, elas deveriam fornecer um abatimento ou uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	63

diminuição do valor da passagem. A passagem, teoricamente, é calculada numa planilha de custo em que se considera o custo com a renovação da frota dos ônibus comprada na sua integralidade, portanto, sem o benefício da isenção.

Entretanto, como isso possibilitará a renovação da frota e, em última instância, é a população que está sendo penalizada com ônibus que quebram todos os dias, nós não temos como votar contrariamente ao mérito do projeto, que assegura as condições de renovação da frota, porque passa a haver a obrigatoriedade. Portanto, a isenção só tem validade se houver a renovação da própria frota.

Por isso, Sr. Presidente, que nós, no mérito e na avaliação em primeiro turno, votaremos favoravelmente, embora eu tenha me posicionado contrariamente aos pareceres que rejeitaram a emenda que era importante para o povo do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ninguém pode ser contra a renovação da frota dos ônibus do Distrito Federal. Aliás, a frota de ônibus urbano no Distrito Federal está envelhecida, sim, e a população reclama disso. Só que eu vou votar contrariamente a esse projeto porque penso que as empresas de ônibus não precisam de mais incentivo fiscal.

No ano passado, nós aprovamos aqui nesta Casa – sem o meu voto, porque eu votei contrariamente – um projeto que isentou as empresas de ônibus do ICMS que era incidente sobre o óleo diesel. Segundo estimativas da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, isso representou uma renúncia fiscal de R\$ 55.591.286,00 (cinquenta e cinco milhões, quinhentos e noventa e um mil, duzentos e oitenta e seis reais), dinheiro que poderia estar na Saúde, na Educação ou na Segurança Pública do Distrito Federal.

Eu vou votar contrariamente a esse projeto. O lucro dos donos das empresas de ônibus do Distrito Federal já é um lucro abusivo, exorbitante e excessivo. Brasília é o único lugar – não é só do Brasil, não –, é o único lugar do mundo onde dono de empresa de ônibus urbano fica tão rico que vira dono de empresa de aviação. Não há outro paralelo e nem outro exemplo no mundo! Então, o que o Governo deve fazer é reduzir a carga tributária, que é abusiva, para as pessoas físicas do Distrito Federal e não dar isenção de impostos para as empresas de ônibus. Esse não é o caminho, por isso vou votar de forma contrária a esse projeto.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua a discussão. (Pausa.)  
Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.  
Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	64

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.  
(Procede-se à votação nominal.)



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	65



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / / 2009

- PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO  COM EMENDA(S)  ANEXO  
 EMENDAS AP. NºS \_\_\_\_\_  EMENDAS REJ. NºS \_\_\_\_\_  
 CCJ  CEOF  CAS  CDDHCEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDESCMAT  M.DIR.  COM.ESP.  
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI Nº(S) 1280/09 \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 RECURSO Nº (S) \_\_\_\_\_  
 REQUERIMENTO Nº (S) \_\_\_\_\_  
 OUTROS \_\_\_\_\_  
 VOTO EM SEPARADO  FAVORÁVEL  CONTRÁRIO \_\_\_\_\_

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_  Executivo

Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				X	
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	TOTAL	---	22	01		1	

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. *Rogério Ulysses*

CONSOLIDADO POR \_\_\_\_\_

ASSINATURA \_\_\_\_\_

MAT. \_\_\_\_\_

ASSP/ \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

FOLHA Nº \_\_\_\_\_



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	66

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 22 votos favoráveis e 1 voto contrário. Houve 1 ausência.

Está aprovado.

A matéria segue tramitação regimental.

Item nº 15:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.283, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.160, de 13 de junho de 2008, que dispõe sobre regime de apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e dá outras providências”.

Esta Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.283, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.160, de 13 de junho de 2008, que dispõe sobre regime de apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e dá outras providências”

O projeto de lei, como vimos, altera o art. 2º da Lei 4.160, que passa a ter uma redação que inclui no inciso I: inadimplente com obrigação tributária principal da competência do Distrito Federal; inscrito ou que tenha titular, responsável ou sócio inscrito na Dívida Ativa. Não será permitido a esses, somente aos optantes pelo regime de que trata a Lei Complementar nº 123, ao inadimplente com suas obrigações e encargos. O parágrafo único diz que o contribuinte terá 20 dias, a partir da ciência do despacho do indeferimento da opção de que trata o Art. 1º, para apresentar recurso, com efeito suspensivo, ao Secretário de Fazenda do Distrito Federal.

Portanto é uma alteração do Art. 2º da Lei nº 4.160 para melhorar a fiscalização e, em via de consequência, a arrecadação dos tributos.

Somos, portanto, pela aprovação, Sr. Presidente.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	67

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu só queria esclarecer o que diz esse projeto. Ele suprime dois incisos da Lei nº 4.160, de 2008.

O primeiro inciso diz o seguinte: que participe ou tenha titular, responsável ou sócio que participe de empresa inscrita na Dívida Ativa do Distrito Federal ou venha a ter inscrição cadastral suspensa ou cancelada. A lei atual impede que tenham benefícios fiscais as empresas que tenham titulares inscritos na Dívida Ativa do Distrito Federal. A lei atual impede isso. A lei que nós estamos discutindo aqui possibilita que a empresa que esteja inscrita na Dívida Ativa, portanto, inadimplente, que não pagou ao Distrito Federal, possa ser novamente beneficiada e que tenha direitos a benefícios fiscais.

O segundo inciso que a lei que estamos discutindo está suprimindo diz: que esteja ou tenha titular, responsável ou sócio inadimplente com parcelamento de débitos fiscais junto ao Distrito Federal.

Se aprovarmos essa lei, cometeremos um atentado contra a moralidade porque permitiremos a empresas que estejam na Dívida Ativa, portanto, que não tenham honrado com as suas obrigações ou que não tenham pagado parcelamentos de dívidas em que tenham se inscrito, que estejam inadimplentes possam novamente ser beneficiadas pelo Distrito Federal.

A lei anterior que flexibiliza essas condições está sendo objeto de uma ADIN – Ação Direta de Inconstitucionalidade. Chamo a atenção porque os Parlamentares que votarem a favor dessa lei, desse projeto, estarão votando a favor de quem esteja na Dívida Ativa do Distrito Federal ou inadimplente com o parcelamento de débitos fiscais do Distrito Federal, quem não pagou, seja de novo beneficiado.

Temos que ter critérios de moralidade. Estamos falando aqui de recursos públicos. Públicos! Estamos falando de concessões de benefícios que representam recursos públicos, que serão arcados com recursos públicos que deveriam ir para a Saúde, para a Educação, para a Assistência Social. Nós estamos falando aqui que permitiremos que as empresas que não pagaram, que não honraram seus compromissos, que já têm um histórico de inadimplência e de burla, mais uma vez, utilizem recursos públicos para ser beneficiadas do ponto de vista fiscal.

O nosso senso ético, o nosso senso moral não poderia permitir que esta Casa aprovasse esse projeto. O Governo do Distrito Federal, o Governador Arruda, que alardeia e se autodenomina governo da moralidade e da legalidade, não poderia permitir isso. Não poderia permitir um benefício para quem não honrou seus compromissos com o Governo do Distrito Federal, com o povo do Distrito Federal! O Governador do Distrito Federal não tem poder para abrir mão para que pessoas com histórico de não honrar seus compromissos se beneficiem mais uma vez de recursos públicos. Não temos o direito de aprovar o descalabro que tem a assinatura do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	68

Governador da legalidade e da moralidade, como se autodenomina José Roberto Arruda.

Nós iremos votar contra e conclamamos todos os Parlamentares e todas as Parlamentares para que votem a favor da moralidade dos recursos públicos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CEOF está aprovado com a presença de 20 Deputados. Houve 2 votos contrários da Deputada Erika Kokay e do Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar à Deputada Erika Kokay que o discurso no Parlamento sempre foi no campo das idéias, sem ofensa pessoal. E, mais uma vez, eu a vejo aqui atingir diretamente o Governador. Eu acho que se pode discutir cada projeto, cada caso. Mas já é a terceira vez que S.Exa. ocupa a tribuna e nomeia o Governador como Governador da ilegalidade, da irresponsabilidade, e não é assim. Não é assim. Então, eu acho que precisa haver respeito a cada projeto que se discute nesta Casa. O Governador José Roberto Arruda não merece ser tratado da forma como o está tratando a Deputada Erika Kokay, que é Líder do PT.

Faço aqui o meu protesto, na qualidade de Líder dos Democratas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.283, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.160, de 13 de junho de 2008, que dispõe sobre regime de apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, não percebemos qualquer vício em relação à iniciativa e nada que, de alguma forma, agrida a questão da constitucionalidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	69

Portanto, somos pela admissibilidade do projeto em questão, Sr. Presidente.  
É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, vou repetir o que já falei: esse projeto é imoral. Nenhum comerciante, tratando dos seus próprios recursos, iria possibilitar parcelamento ou possibilitaria que se fizesse o parcelamento da compra a um cliente que não honrou seus compromissos e que, diversas vezes, ficou inadimplente. Ninguém faz isso com seus próprios recursos. O Governante que não considera que os recursos públicos são do povo, que não trata os recursos com o primor que trataria se fossem dele próprio, não está agindo dentro da moralidade.

Por isso, repito, graças à liberdade de expressão porque lutamos tanto para conquistar e que custou tantas vidas e tantos hematomas na alma e no corpo de tantos brasileiros e brasileiras, que este projeto é imoral. O Governo do Distrito Federal não está primando pelos recursos públicos, que precisam existir para que tenhamos políticas públicas com uma qualidade que faça jus à dignidade humana. Temos, ao mesmo tempo, benefícios a empresários e a empresas inadimplentes, inscritos na Dívida Ativa, e temos o caos na Saúde, o caos na Assistência Social e em tantas políticas fundamentais para a dignidade humana.

Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar a Deputada Erika Kokay por S. Exa. não ter ofendido nosso Governador no comentário dela.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CCJ está aprovado com a presença de 20 Deputados. Houve 3 votos contrários dos seguintes Deputados: Reguffe, Cabo Patrício e da Deputada Erika Kokay.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.283, de 2009. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	70

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	71



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 30/06/2009

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / / 2009

PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO  COM EMENDA(S)  ANEXO

EMENDAS AP. NºS \_\_\_\_\_  EMENDAS REJ. NºS \_\_\_\_\_

CCJ  CEOP  CAS  CDDHCEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDESCMAT  M.DIR.  COM.ESP.

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI Nº(S) 1.283/09

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_

RECURSO Nº (S) \_\_\_\_\_

REQUERIMENTO Nº (S) \_\_\_\_\_

OUTROS \_\_\_\_\_

VOTO EM SEPARADO  FAVORÁVEL  CONTRÁRIO \_\_\_\_\_

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_  Executivo

Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT		X			
	CHICO LEITE	PT				X	
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT		X			
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				X	
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT				X	
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	TOTAL	---	18	03		03	

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. Rogério Ulysses

CONSOLIDADO POR		ASSP/ _____ Nº _____ / _____
ASSINATURA _____	MAT. _____	FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	72

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis e 3 votos contrários. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 142 - Suplemento, de 11/08/2009, juntamente com a ata sucinta da 59ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 16:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.071, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a prestação do serviço de coleta, transporte e entrega de pequenas cargas e documentos, utilizando-se motocicletas ou motonetas, denominado motofrete, e dá outras providências”. (Pausa.)

Item nº 17:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.114, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “cria unidades e cargos comissionados na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Fazenda, e dá outras providências”.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

Há 2 emendas. Portanto, Deputado Cristiano Araújo, V.Exa. vai proferir parecer ao Projeto e às 2 emendas.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.114, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “cria unidades e cargos comissionados na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Fazenda, e dá outras providências”.

Informamos que foram apresentadas 2 emendas pela bancada do Partido dos Trabalhadores. Emenda de Plenário nº 1, que acato neste momento, e Emenda de Plenário nº 2, que rejeito.

O impacto ao Orçamento foi apresentado pela Secretaria de Fazenda. Portanto, somos pela sua admissibilidade, com o acatamento da Emenda nº 1 e a rejeição da Emenda nº 2.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	73

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CEOF está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Tadeu, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para emitir parecer Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.114, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “cria unidades e cargos comissionados na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Fazenda, e dá outras providências”.

Do ponto de vista do mérito, somos favoráveis à matéria por ser de relevante interesse social, dentro de uma Secretaria importante, que trata de toda administração tributária, organizacional e econômica do Distrito Federal.

Seguirei, portanto, no âmbito desta Comissão, o parecer já proferido na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. O parecer é pela aprovação na forma apresentada e aprovada na CEOF.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CAS está aprovado com a presença de 20 Deputados.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o que quero, neste momento, já foi conversado com as Lideranças desta Casa, bem como com o Presidente, sobre a votação do projeto que trata do Passe Livre, porque foi feito acordo sobre uma emenda importante que preserva o próprio funcionamento do sistema do Passe Livre.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	74

Então, foi acordado com todos os Líderes, mas, naquele dia, a Casa estava com muita movimentação, com uma pressão muito grande, e, por um erro técnico, faltou a aprovação de uma emenda acordada com o governo, com a oposição, enfim, com todos, que garante o funcionamento do Passe Livre e que é fundamental para que não haja descontinuidade no próprio programa do Passe Livre.

Portanto, solicito a V.Exa. e aos demais Líderes que façamos, junto a esse Plenário, uma correção com relação à ausência dessa emenda, para que seja garantido aquilo que foi discutido com todos os Líderes; e que, ainda nesta sessão, aproveamos o segundo turno e sua redação final, já com a correção, para encaminharmos para a sanção do Governador ainda nesta semana.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, reforçando o que aqui foi dito, para mim é uma surpresa que a emenda não tenha sido incorporada, uma vez que é pacífica. Esse sumiço na hora da votação revela uma surpresa, porque não houve sequer uma discussão. Ela foi acatada imediatamente por todas as Lideranças.

Então, acho que o Deputado Paulo Tadeu tem toda razão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Paulo Tadeu, a proposta de V.Exa. é anular a votação em segundo turno e a redação final?

Esta Presidência submete a proposta à apreciação do Plenário. (Pausa)

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós estamos de acordo. Como disse a Líder do Governo, essa emenda foi acordada, eu não sei por que não consta no projeto.

Nós estamos de acordo em refazer a votação do segundo turno e, conseqüentemente, da redação final, incluindo a emenda, para que não pare nenhuma dúvida. Até porque, sem essa emenda, o processo do Passe Livre fica inviabilizado. É uma emenda sobre a qual houve acordo, que aprimorou o projeto e tem que ser contemplada.

Então, todas e todos estão de acordo para anular a votação e refazê-la com a emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Submetida à apreciação do Plenário, ninguém se manifestou contrário; portanto, esta Presidência acata a solicitação do Deputado Paulo Tadeu.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	75

Esta Presidência informa que está anulada a votação em segundo turno e a redação final do projeto que trata do Passe Livre.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, sugiro que pudéssemos apreciá-lo em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência submeteu ao Plenário e foi anulada a votação em segundo turno e sua redação final, ficando prejudicada a publicação no Diário da Câmara Legislativa.

O projeto voltou ao *status* que estava em primeiro turno.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, peço a inclusão na Ordem do Dia das seguintes mensagens: Mensagem nº 154, que encaminha o Projeto de Lei nº 1.298, de 2009; Mensagem nº 155, que encaminha o Projeto de Lei nº 1.299, de 2009; e Mensagem nº 153, que encaminha o Projeto de Lei nº 1.297, de 2009, de abertura de crédito suplementar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa. Autorizo a inclusão dos referidos projetos na Ordem do Dia.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 1.298, de 2009, cancela emendas de Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu peço a V.Exa., Deputada Erika Kokay, que converse com a Deputada Eurides Brito e que V.Exas. cheguem a um consenso.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Mas nós não estamos de acordo, Sr. Presidente, com o Projeto de Lei nº 1.298, de 2009, na medida em que cancela emendas de Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu sei, mas V.Exa. vá discutir com a Deputada Eurides Brito e depois, no final...

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Então, eu gostaria que V.Exa. ainda não autorizasse a inclusão do Projeto de Lei nº 1.298, de 2009.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	76

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A inclusão, eu autorizo. Na hora em que V.Exas. chegarem a um acordo, se precisar, eu retiro o projeto da pauta, pois não vou chamá-lo para votação agora. Está bem?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Está ótimo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Designo o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria. (Pausa.)

Na sua ausência, a Presidência designa o Deputado Rôney Nemer para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.114, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “cria unidades e cargos comissionados na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Fazenda e dá outras providências”.

Quanto à constitucionalidade e à juridicidade, não vemos nenhum óbice à aprovação, incluindo a Emenda Aditiva de Plenário nº 1, da bancada do Partido dos Trabalhadores, e rejeitando a Emenda Aditiva de Plenário nº 2, também da bancada do Partido dos Trabalhadores.

Esse é o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CCJ está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.114, de 2009. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados. Houve 1 voto contrário, do Deputado Reguffe.

A matéria segue a tramitação regimental.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	77

Item nº 16:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.071, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a prestação do serviço de coleta, transporte e entrega de pequenas cargas e documentos, utilizando-se motocicletas ou motonetas, denominado motofrete, e dá outras providências”.

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Tadeu, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.071, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a prestação do serviço de coleta, transporte e entrega de pequenas cargas e documentos, utilizando-se motocicletas ou motonetas, denominado motofrete, e dá outras providências”.

É importante dizer que este parecer foi feito em conjunto com a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Então, mesmo sendo o parecer da Comissão de Assuntos Sociais, o parecer trata dos dois méritos, porque é um parecer em conjunto, já que houve acordo entre a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Assuntos Sociais.

No entendimento deste Relator, o Projeto de Lei nº 1.071, de 2008, não gera aumento de despesa para o Poder Executivo, não agredindo as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, do Plano Plurianual 2007/2011, da Lei de Diretrizes Orçamentárias em vigor nem da Lei Orçamentária de 2009.

Finalmente, com o intuito de aprimorar a redação da proposição e adequá-la às disposições da legislação implantada após a sua data de leitura desta Casa de Leis, apresentamos as 13 emendas de Relator, em anexo.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.071, de 2008, na Comissão de Assuntos Sociais, levando em consideração a importância social deste projeto, já que ele visa regulamentar uma função importante no âmbito desta cidade, dispondo sobre os direitos e os deveres daqueles que exercem hoje a função de motofrete no âmbito da nossa cidade.

Portanto, no âmbito desta Comissão, nós somos favoráveis ao presente projeto, acatando as 13 emendas apresentadas a eles.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	78

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CAS está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.071, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a prestação do serviço de coleta, transporte e entrega de pequenas cargas e documentos, utilizando-se motocicletas ou motonetas, denominado motofrete, e dá outras providências”.

Informo que este projeto recebeu parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, cujo Relator foi o Deputado Paulo Tadeu. Foi realizada uma audiência pública para debater a matéria e ouvir o sindicato da categoria,.

No entendimento deste Relator, o Projeto de Lei nº 1.071, de 2008, não gera aumento de despesa para o Poder Executivo, não agredindo as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, do Plano Plurianual 2007/2011, da Lei de Diretrizes Orçamentárias em vigor nem da Lei Orçamentária para 2009.

Finalmente, com o intuito de aprimorar a redação da proposição e adequá-la às disposições da legislação implantada após sua data de leitura nesta Casa, apresentamos as 13 emendas de Relator, em anexo.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.071, de 2008, na Comissão de Assuntos Sociais e pela sua aprovação e admissibilidade na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Foram acatadas as 13 emendas de relatores conjuntas, apresentadas por mim e pelo Deputado Paulo Tadeu.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CEOF está aprovado com a presença de 20 Deputados.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	79

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer a substituição, na Ordem do Dia, do item nº 32, que precisará de uma pequena correção, pelo Projeto de Lei nº 344, de 2007, de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – V.Exa. já providenciou que o projeto chegasse à mesa?

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa. e peço que a Mesa tome as providências necessárias.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, há pouco eu pedi a inclusão de 3 mensagens vindas do Poder Executivo, mas por um equívoco eu li a Mensagem nº 154, porque me deram uma que já havíamos retirado de pauta. Então, quando eu disse para incluir a Mensagem nº 154, que trata do Projeto de Lei nº 1.298, é para substituir pela Mensagem nº 156, que trata do Projeto de Lei nº 1.300. Os dois outros ficam como foram relatados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Ficam ressalvadas as palavras de V.Exa., Deputada Eurides Brito.

A Presidência designa o Deputado Dr. Charles para emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.071, de 2008.

Solicito ao Relator, Deputado Dr. Charles, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.071, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a prestação do serviço de coleta, transporte e entrega de pequenas cargas e documentos, utilizando-se motocicletas ou motonetas, denominado motofrete, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do projeto, de acordo com a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Assuntos Sociais, acatando as 13 emendas.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	80

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CCJ está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.071, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, está constando na Ordem do Dia um projeto de autoria do Deputado Raad Massouh que cria o cemitério popular.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, não vamos apreciar essa matéria.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sim. Eu conversei com o Deputado. Inclusive, isso exige uma discussão. Esta Casa fez uma CPI, temos várias sugestões da própria CPI.

A minha solicitação é que o Deputado possa apresentar outro projeto para que seja apreciado. O Deputado tem o direito de apresentar ainda hoje outro projeto em substituição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, quem é o autor do projeto?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – É de autoria do Deputado Raad Massouh.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – S.Exa. já pediu para substituir o projeto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Então, vai ser permitida a substituição? Apenas para que não haja prejuízo para o Deputado.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	81

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer a Deputada Erika Kokay. Idêntica posição foi assumida em relação ao item nº 20, de autoria do Deputado Rogério Ulysses, que dispõe sobre as *lan houses*. S.Exa. o substituiu por outro.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O item nº 20 está prejudicado. Portanto, peço que o retirem de pauta. Ele foi substituído.

Item nº 21:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 808, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “torna obrigatório o emplacamento no Distrito Federal dos veículos prestadores de serviço ao Governo do Distrito Federal e dá outras providências”.

A Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 808, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “torna obrigatório o emplacamento no Distrito Federal dos veículos prestadores de serviço ao Governo do Distrito Federal e dá outras providências”.

Informamos que o Projeto de Lei tramitou pela Casa. Não vejo nenhum óbice no acatamento do projeto. Portanto, nesta Comissão, somos pela admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CEOF está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Dr. Charles para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Dr. Charles, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	82

Justiça ao Projeto de Lei nº 808, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “torna obrigatório o emplacamento no Distrito Federal dos veículos prestadores de serviço ao Governo do Distrito Federal e dá outras providências”.

O parecer pela Comissão de Constituição e Justiça é pela admissibilidade do referido projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CCJ está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 808, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 882, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “dispõe sobre a inclusão das festividades que especifica no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal, e dá outras providências”.

A Presidência designa o Deputado Dr. Charles para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Dr. Charles, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 882, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “dispõe sobre a inclusão das festividades que especifica no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal, e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	83

No âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CCJ está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 882, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.237, de 2009, de autoria do Deputado Geraldo Naves, que “torna obrigatória a transcrição de informações nas faturas mensais de energia elétrica sobre prazos, procedimentos e documentações necessárias à solicitação de indenização por parte dos consumidores, em caso de prejuízos ocasionados por falha na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, no âmbito do Distrito Federal”.

A Presidência designa o Deputado Dr. Charles para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Dr. Charles, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.237, de 2009, de autoria do Deputado Geraldo Naves, que “torna obrigatória a transcrição de informações nas faturas mensais de energia elétrica sobre prazos, procedimentos e documentações necessárias à solicitação de indenização por parte dos consumidores, em caso de prejuízos ocasionados por falha na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, no âmbito do Distrito Federal”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	84

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CCJ está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.237, de 2009. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 22:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 827, de 2008, de autoria do Deputado Brunelli, que “dispõe a obrigatoriedade de o Poder Executivo fornecer a dieta alimentar pós-internação de pacientes da rede pública de saúde do Distrito Federal nas condições que especifica e dá outras providências”.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em homenagem aos servidores do Tribunal de Contas do Distrito Federal e ao seu Presidente, Dr. Paulo César, que está aqui, hoje, honrando-nos com a sua visita, peço que, após o encaminhamento dos projetos já acordados, e tão logo o projeto do Plano de Cargos e Salários, Plano de Carreira dos Servidores do Tribunal de Contas esteja pronto para apreciarmos — há um consenso dos Líderes para o encaminhamento da votação —, este possa ser submetido ao Plenário, bem como o projeto que trata do Plano de Carreira dos Servidores da Carreira Fazendária. É o encaminhamento, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	85

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Encaminhamento dado. Então, após o término da votação deste projeto, submeterei à apreciação o projeto do Tribunal de Contas do Distrito Federal, acatando a solicitação do Presidente desta Casa, Deputado Leonardo Prudente, e agradecendo a presença do Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Dr. Paulo César Ávila.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, não vemos nenhum problema — aliás, achamos que devemos — em aprovar o projeto do Tribunal de Contas ainda no dia de hoje. Achamos que isso é necessário, é importante e está dentro dos critérios de justiça.

Com relação ao projeto acerca da carreira tributária, foi feita, de início, uma negociação. Contudo, parte das pessoas envolvidas nela está dizendo que o projeto não corresponde ao que foi negociado.

Portanto, Sr. Presidente, acho que deveríamos dirimir todas essas dúvidas, para que pudéssemos apreciar o projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Presidente está aqui na Casa. Basta V.Exa. providenciar um encontro do SINDICAL com ele.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, não estou falando do Tribunal de Contas. Quanto a esse projeto, não há nenhum problema. Estamos de acordo e vamos votar favoravelmente, sem nenhuma dúvida.

Estamos falando do projeto da carreira tributária, pois o Deputado Leonardo Prudente, se não me falha a memória, corrija-me se eu estiver errada, solicitou a inclusão de dois itens: o do Tribunal de Contas, que, inclusive, já está na pauta, sobre o qual estamos absolutamente de acordo em proceder à votação, embora não estivesse na lista inicial; e o segundo, que não está na pauta e diz respeito à carreira tributária. O que estou dizendo é que havia um acordo e há uma parcela das pessoas envolvidas no projeto, os auditores tributários, que dizem que o projeto não corresponde ao que foi acordado. Então, eu estou dizendo que é necessário nós discutirmos a matéria para entendermos quais são as dúvidas e para que possamos dirimi-las e, quem sabe, aprovarmos o projeto.

Portanto, Sr. Presidente, com relação ao Tribunal de Contas, estamos de acordo em apreciar o projeto e votaremos favoravelmente a ele. A bancada do Partido dos Trabalhadores sempre age assim: analisamos os projetos e as variáveis que estão em curso para nos posicionar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, nós entendemos a mensagem de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	86

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Essa é a minha solicitação. Peço o deferimento de V.Exa., Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, V.Exa. pode receber uma comissão, se o presidente do sindicato estiver presente para essa discussão, e, tão logo dirimidas as dúvidas, estaremos prontos para apreciar a matéria. Não há problema algum.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Estamos pedindo essa reunião para que possamos conhecer as dúvidas acerca do processo tributário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não há problema algum.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – O projeto referente ao Tribunal de Contas já podemos apreciar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Segundo a manifestação do pessoal da galeria, tudo está consensuado.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer que estou à disposição da Deputada Erika Kokay para esclarecer qualquer dúvida. Há dois anos estamos trabalhando com a categoria na melhoria e na elaboração desse projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu sou testemunha disso.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – O acordo foi feito na presença dos 2 representantes dos titulares, juntamente com o Vice-Governador. O que está aí retrata literalmente o acordo pactuado, Sr. Presidente.

Estou à disposição, juntamente com a Deputada Eurides Brito e os demais Deputados, para explicar à Deputada Erika Kokay e aos demais Deputados que tenham interesse no conteúdo do projeto.

Lembro, ainda, que os recursos orçamentários para fazer jus a esse projeto, ao plano de carreira dos servidores que estão aqui hoje, vieram das economias feitas na Câmara Legislativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu também sou testemunha disso. V.Exa. fez essa ponderação na mesa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	87

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em respeito ao pessoal da galeria – e eles estão aí desde que nós chegamos –, deveríamos priorizar essa votação e fazê-la o mais rápido possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acatando a solicitação do Deputado Raad Massouh, após a votação em curso, passaremos à apreciação do projeto do Tribunal de Contas.

Sobre o projeto da carreira de fiscalização fazendária, nós o apreciaremos logo após o acordo dos Líderes.

(Assume a Presidência o Deputado Dr. Charles.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. CHARLES) – A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação e Saúde ao Projeto de Lei nº 827, de 2008, de autoria do Deputado Brunelli, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de o Poder Executivo fornecer a dieta alimentar pós-internação de pacientes da rede pública de saúde do Distrito Federal nas condições que especifica e dá outras providências”.

O parecer da Comissão de Educação e Saúde é pela admissibilidade da matéria.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. CHARLES) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CES está aprovado com a presença de 20 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	88

Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 827, de 2008, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de o Poder Executivo fornecer a dieta alimentar pós-internação de pacientes da rede pública de saúde do Distrito Federal nas condições que especifica e dá outras providências”.

Eu acato também o parecer da Comissão de Educação e Saúde, que analisou o mérito. Portanto, Sr. Presidente, somos pela aprovação do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CEOF está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Dr. Charles para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Dr. Charles, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 827, de 2008, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de o Poder Executivo fornecer a dieta alimentar pós-internação de pacientes da rede pública de saúde do Distrito Federal nas condições que especifica e dá outras providências”.

A CCJ acompanha os pareceres da Comissão de Educação e Saúde e da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Somos, portanto, pela admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CCJ está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 827, de 2008. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	89

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 54:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.288, de 2009, de autoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que “institui o plano de carreira, cargos e remunerações dos serviços auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências”.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.288, 2009, de autoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que “institui o plano de carreira, cargos e remunerações dos serviços auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências”.

Este plano de carreira, Sr. Presidente, que já está nesta Casa há algum tempo e é de conhecimento de todos os Deputados, atende às necessidades daqueles servidores.

A emenda aditiva que foi apresentada neste plenário e assinada por alguns Deputados diz que “a implementação das disposições previstas nesta lei ficará condicionada, em qualquer caso, à disponibilidade orçamentária e financeira, não podendo ultrapassar o valor correspondente a 43,3 % do limite de gasto total com pessoal fixado para o Poder Legislativo do Distrito Federal, nos termos do art. 20, II, “a” da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000”.

Ela praticamente segue a mesma linha da orientação dada ao plano de carreira dos servidores desta Casa, para que nem uma nem outra ultrapasse o limite de gasto, tendo em vista a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Somos, portanto, pela aprovação do projeto e da Emenda de Plenário nº 1.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	90

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CEOF está aprovado com a presença de 21 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Dr. Charles.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. CHARLES) – A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.288, de 2009, de autoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que “institui o plano de carreira, cargos e remunerações dos serviços auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, depois de um minucioso estudo juntamente com os Deputados, somos pela admissibilidade do referido projeto, ao mesmo tempo em que acatamos a Emenda de Plenário nº 1.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. CHARLES) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CAS está aprovado com a presença de 21 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.288, de 2009, de autoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que “institui o plano de carreira, cargos e remunerações



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	91

dos serviços auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, não vemos nenhum óbice ao projeto, portanto, somos pela sua aprovação.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CCJ está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.288, de 2009. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Esta Presidência informa que, ainda na noite de hoje, o referido projeto será votado em segundo turno em sessão extraordinária.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, li com atenção o projeto das carreiras tributárias, tanto de técnico quanto de fiscal e auditor, e quero aqui deixar meu posicionamento favorável. Votarei favoravelmente ao referido projeto por considerar que não há essa questão da transposição de cargos, ou seja, não se menciona nada disso no projeto. Se se mencionasse, seria inconstitucional. Além disso, o projeto valoriza essas três carreiras, e isso é valorizar o contribuinte. Ao se valorizarem essas carreiras, não se está beneficiando esses profissionais, não, mas o trabalho deles, que, por sua vez, beneficia o contribuinte, que verá o dinheiro de seus impostos ser menos sonogado do que hoje.

Li o projeto e quero deixar a minha posição clara: votarei favoravelmente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 25:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	92

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.270, de 2009, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, que “cria no Setor Habitacional Sol Nascente, da Região Administrativa de Ceilândia – RA-IX, o Programa nem Luxo, nem Lixo, e dá outras providências”.

A Presidência designa o Deputado Batista das Cooperativas para emitir parecer sobre a matéria. (Pausa.)

A Presidência designa o Deputado Rôney Nemer para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 1.270, de 2009, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, que “cria no Setor Habitacional Sol Nascente, da Região Administrativa de Ceilândia – RA-IX, o Programa nem Luxo, nem Lixo, e dá outras providências”.

Do ponto de vista da Comissão, este projeto, pelo seu mérito e por tudo o que representa para aquela região, tem o voto favorável da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CDESCTMAT está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei nº 1.270, de 2009, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, que “cria no Setor Habitacional Sol Nascente, da Região Administrativa de Ceilândia – RA-IX, o Programa nem Luxo, nem Lixo, e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	93

A nossa prerrogativa é a de analisar a questão de mérito, que é indiscutível, Sr. Presidente.

Portanto, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CAF está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Esta Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.270, de 2009, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, que “cria no Setor Habitacional Sol Nascente, da Região Administrativa de Ceilândia – RA-IX, o Programa nem Luxo, nem Lixo, e dá outras providências”.

Analisando o projeto pela sua forma, somos por sua admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CCJ está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.270, de 2009.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, se V.Exa. me permite, o debate que quero fazer é o de observar o quanto é importante o programa *A Câmara mais Perto de Você* que esta Casa tem realizado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	94

Discutia, ainda hoje cedo, com o Deputado Leonardo Prudente, e S.Exa. dizia que a proposta de projeto de lei que ele gostaria de votar aqui, hoje – e é exatamente este que estamos votando –, havia surgido da ideia de um popular na própria comunidade de Ceilândia quando foi feita a sessão naquela cidade. Como eu tenho uma identificação muito grande com aquela cidade, quero homenagear o fato do acolhimento da sugestão pelo Deputado Leonardo Prudente e, ao mesmo tempo, verificar o quanto é importante que estejamos em todas as cidades e que continuemos esse processo de debates nas cidades.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acrescentando, Deputado Chico Leite, V. Exa sabe do número de assinaturas que uma emenda popular precisa para ter iniciativa aqui nesta Casa e, no entanto, apenas nesse caso, como houve a Câmara itinerante, nós – apenas com o projeto de um Parlamentar – pudemos atender uma grande comunidade.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Câmara itinerante, não. É *Câmara mais Perto de Você*. A propósito, a respeito do projeto que o Deputado Chico Leite mencionou, eu vou novamente expressar a minha preocupação. É preciso dar concretude aos atos da *Câmara mais Perto de Você*. Eu gostaria de, num determinado momento, assinar as providências que a Presidência está pedindo a quem executa algo da atividade no Poder Executivo. Eu não tive conhecimento de que nenhuma daquelas reivindicações tenha sido encaminhada. Pode ser que eu esteja enganado, mas, se não foram, já estamos perdendo tempo e entrando no campo do descrédito, ou seja, ouvir e deixar por conta de que tenhamos ouvido e de que está tudo certo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que V. Exa coloque em votação o Projeto de Lei nº 1.301, que versa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	95

exatamente sobre o plano de carreira dos servidores em gênero da Secretaria de Fazenda, das chamadas carreiras tributárias.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Atendendo à solicitação de V. Exa., Deputado Chico Leite, os técnicos estão aqui me avisando que estão concluindo o acordo para votação. Assim que terminar o acordo, eu o colocarei em votação.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer que realmente nós temos que votar com urgência, sim, a questão da carreira fazendária porque é um direito absoluto. Eles estão aqui até essa hora na galeria e em sinal de respeito devemos votá-lo o mais rápido possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 26:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 637, de 2007, de autoria dos Deputados Chico Leite e Raimundo Ribeiro, que “dispõe sobre o fornecimento obrigatório de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde do Distrito Federal”.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação e Saúde ao Projeto de Lei nº 637, de 2007, de autoria dos Deputados Chico Leite e Raimundo Ribeiro, que “dispõe sobre o fornecimento obrigatório de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde do Distrito Federal”.

Este projeto estabelece as regras para atendimento quando a farmácia do SUS não dispuser dos medicamentos. Pela Comissão de Educação e Saúde, encaminhamos no mérito pela aprovação do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CES está aprovado com a presença de 21 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	96

A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 637, de 2007, de autoria dos Deputados Chico Leite e Raimundo Ribeiro, que “dispõe sobre o fornecimento obrigatório de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde do Distrito Federal”.

Somos pela admissibilidade do projeto na Comissão de Constituição e Justiça, Sr. Presidente.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CCJ está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 637, de 2007.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 27:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 794, de 2008, de autoria do Deputado Batista das Cooperativas, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de merenda às creches públicas, conveniadas e as particulares que caracteriza, no âmbito do Distrito Federal”.

A Presidência designa o Deputado Raimundo Ribeiro que emita parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	97

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 794, de 2008, de autoria do Deputado Batista das Cooperativas, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de merenda às creches públicas, conveniadas e as particulares que caracteriza, no âmbito do Distrito Federal”. (Pausa.)

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou fazer um apelo à nossa Líder do Governo e a V.Exa. para que a gente se abstenha de votar projetos de Deputados. E olhe o que eu vou dizer: nós tivemos o semestre inteiro para votarmos esses projetos. Vamos votar os projetos que interessam, como o Plano de Carreira dos funcionários. Vamos votar o outro Plano de Carreira, da Secretaria de Fazenda. Vamos votar os projetos do Governo.

Agora, se formos votar projetos de Deputados, então eu vou pegar os meus e vou colocá-los também para votação. O dia é inapropriado, professor. Nós tivemos um semestre inteiro para votarmos esses projetos. Tenha paciência!

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Milton Barbosa, V.Exa. tem todo o direito de discordar. Acontece que os Deputados pediram a inclusão de alguns projetos. V.Exa. pode discordar, não tem problema.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também não coloquei nenhum projeto meu em votação, mas já que os Deputados colocaram, eles têm todo o direito de serem votados. Eu não coloquei até porque, no segundo semestre, nós poderemos fazer a votação. Não tem nenhum problema.

Eu só quero colocar para V.Exa. que nós temos ainda os projetos do Executivo para serem votados e a LDO. Só então poderemos encerrar os trabalhos, claro, votando também os projetos dos Parlamentares. Mas também não é justo que os servidores do Tribunal de Contas e da Carreira Tributária, que estão aqui desde cedo, fiquem aguardando.

Portanto, se nós votarmos o segundo turno desses projetos, nós acabamos com isso. Então, poderemos dar continuidade aos trabalhos que interessam aos Parlamentares, e os servidores poderão ir embora para suas casas tranquilamente.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	98

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós chegamos aqui religiosamente às 15 horas – eu, V.Exa., a Deputada Eurides Brito e outros Deputados – e nós só começamos a votar somente depois das 16 horas. Então, a culpa é nossa. Não devemos votar projeto de Deputado. Vamos votar os projetos que nos obrigamos a votar aqui. Não podemos, como o Deputado Cabo Patrício falou, deixar as pessoas aqui. Inverta-se a ordem, e quem quiser fique para votar projetos. Chegamos às 3 horas aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Milton Barbosa, estamos esperando um acordo para votar o plano de carreira dos auditores.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – E o Tribunal de Contas?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Precisamos votar os projetos relativos às 2 categorias, Deputado.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Enquanto um é apreciado, vem o acordo para o outro projeto. Tenha paciência! Quem já passou dos 40 tem que ir para casa. Vamos ser racionais.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Já pedi calma. E tenho certeza de que V.Exa. só tem 20 anos.

Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que conclua seu parecer pela Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei nº 794, de 2008.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, diante do que foi apresentado no relatório, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 794, de 2008.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CAS está aprovado com a presença de 21 Parlamentares.

A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	99

Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 794, de 2008, de autoria do Deputado Batista das Cooperativas, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de merenda às creches públicas, conveniadas e as particulares que caracteriza, no âmbito do Distrito Federal”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, sem emitir parecer sobre o mérito, mas sobre a forma, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CCJ está aprovado com a presença de 21 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 794, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conversei com a Líder do Governo acerca do Projeto de Lei Complementar nº 91, de 2008. Esclareci, pois ainda não havia tido essa oportunidade. S.Exa. concorda que o coloquemos em votação. Então, pediria a V.Exa. que submetesse o projeto à apreciação do Plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – É item extrapauta. Por gentileza, peço à assessoria da Mesa o texto do projeto.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falando pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, a questão do acordo que estava sendo construído já foi superada. Já foi esclarecida à bancada do Partido dos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	100

Trabalhadores e às outras Lideranças. Então, não há mais empecilho para que vão à votação os projetos relativos tanto à carreira tributária, quanto à do Tribunal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Então, apreciaremos o projeto que trata da carreira tributária.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.301, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Programa de Incremento da Arrecadação Tributária da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – PIAT/SEF/GDF, e dá outras providências”.

(Assume a Presidência o Deputado Dr. Charles.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. CHARLES) – A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.301, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Programa de Incremento da Arrecadação Tributária da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – PIAT/SEF/GDF, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, depois de minucioso estudo, debate, discussão e acordo entre as bancadas sobre o projeto, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela sua admissibilidade, acatando o Anexo VI, que está corrigido pela Secretaria de Fazenda.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. CHARLES) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CAS está aprovado com a presença de 20 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	101

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.301, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Programa de Incremento da Arrecadação Tributária da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – PIAT/SEF/GDF, e dá outras providências.”

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, este projeto foi muito debatido nesta Casa e contou com a ajuda do Presidente da Câmara Legislativa, Deputado Leonardo Prudente. O máximo que posso fazer é acompanhar o parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

Portanto, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CEOF está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Esta Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.301, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Programa de Incremento da Arrecadação Tributária da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – PIAT/SEF/GDF, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30   06   2009	15h20min	59ª Sessão Ordinária	102

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CCJ está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.301, de 2009. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em respeito aos servidores do Tribunal de Contas do Distrito Federal e aos servidores da carreira fazendária que estão nesta Casa desde esta manhã, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que encerre esta sessão ordinária e convoque sessão extraordinária a seguir para apreciarmos, em segundo turno, os planos de carreira do Tribunal de Contas do Distrito Federal e da carreira fazendária. Que V.Exa. também possa transportar toda a pauta ainda não votada para a próxima sessão extraordinária.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Leonardo Prudente, acato a questão de V.Exa.

Esta Presidência encerrará a presente sessão e convocará sessão extraordinária para apreciação dos dois projetos relativos à carreira dos servidores presentes na galeria, sem prejuízo da apreciação dos itens da pauta da sessão ordinária.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 20h39min.)